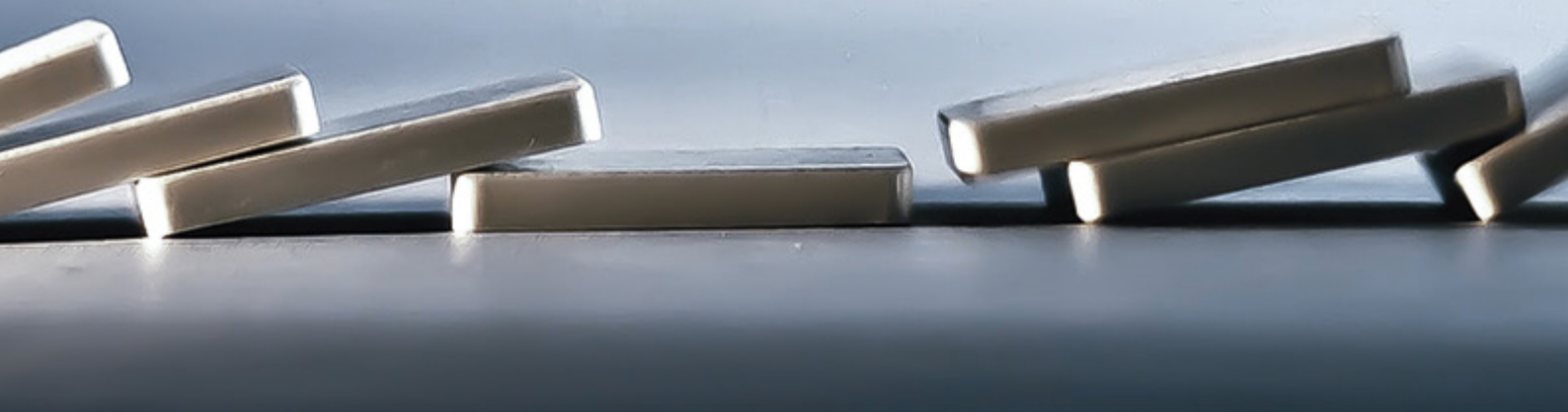
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL

ETCO

Este relatório traz as principais atividades realizadas pelo ETCO-Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial em 2017.

Trata-se do principal instrumento de prestação de contas do Instituto e demonstra, nas ações reportadas, a consolidação e o amadurecimento do seu trabalho na busca permanente pela melhoria do ambiente de negócios no País.



Sumário

6 Nossa missão

7 CARTA DO PRESIDENTE

8 Coordenação da campanha "O Brasil que nós queremos"

10 Assinatura de Protocolo de Intenções com o Ministério da Justiça

14 Apoio à Frente Parlamentar em Defesa da Propriedade Intelectual

15 Termo de cooperação com a Frente Nacional de Prefeitos

16 Adesão de prefeitos ao Movimento Legalidade

10 Lançamento da Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando na Assembleia Legislativa de São Paulo

23 Campanha contra pirataria e contrabando no Mato Grosso

24 Artigo cobrando ações integradas contra criminosos financiados pelo mercado ilegal

25 Promoção de evento para debater relação entre comércio ilegal e criminalidade

26 Realização de seminário sobre mercado legal com o *Correio Braziliense*

27 Participação em Congresso da Polícia Federal

28 Informação para juízes federais criminais

29 Participação na XI Conferência da Organização Mundial do Comércio
Apresentação de proposta em encontro da Aliança Latino-Americana Anti Contrabando

30 Apoio ao Movimento Combustível Legal

32 Defesa de projeto de lei para combater o devedor contumaz de tributos

34 Apoio ao Fórum da Concorrência voltado a magistrados
35 Projeto sobre ética para jovens
42 Participação em encontro de legisladores
43 Realização de evento sobre sonegação em Conferência da OAB
44 Patrocínio a seminário sobre reforma tributária
45 Apoio a projeto inovador que premia os bons pagadores de impostos
46 Nova rodada do Índice de Economia Subterrânea
50 Apoio a três edições do Encat
51 Patrocínio ao Anuário da Justiça de 2017
52 Palestra sobre ética concorrencial para estudantes de Direito
Vantagem em congresso de compliance
53 Apoio à 4ª Conferência Lei Empresa Limpa e ao Pró-Ética 2017
54 Maior presença na mídia
55 Crescimento de 37,6% na audiência do site
56 Campanha na rádio CBN
Manifesto na revista Veja
57 Duas edições da *Revista do ETCO*
58 Conselhos orientam e supervisionam atuação do Instituto
60 Agenda 2017
62 Avanços na ética concorrencial que ajudamos a construir

Nossa missão

Fundado em 2003, o ETCO-Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que promove a integridade no ambiente de negócios. Acreditamos que a ética e a defesa da legalidade fortalecem a concorrência leal, constituindo um dos principais alicerces do desenvolvimento econômico e da construção de uma nação mais forte e mais justa. Nossa missão é identificar, discutir, propor e apoiar iniciativas para fortalecer a ética e reduzir práticas ilícitas que provocam desequilíbrios no mercado. O ETCO é mantido por empresas e associações comprometidas com a causa da concorrência leal.

COMO ATUAMOS

ESTUDOS

Patrocinamos pesquisas e análises para compreender melhor as causas dos desvios de conduta e orientar na busca de soluções.

AÇÕES

Apresentamos propostas e apoiamos iniciativas para prevenir as práticas ilícitas, aperfeiçoar as leis e assegurar o seu cumprimento.

EDUCAÇÃO

Fazemos e apoiamos seminários, publicações e campanhas para conscientizar a opinião pública sobre a importância de cumprir a lei e as consequências nocivas da concorrência desleal para o País.

Ética e desenvolvimento

Edson Luiz Vismona, presidente executivo do ETCO

O Brasil tem qualidades com alto poder de atrair investimentos. Democracia consolidada, população trabalhadora, recursos naturais abundantes, um dos maiores mercados consumidores do mundo. Mas tem um problema que, se não anula, certamente reduz bastante essas vantagens: um ambiente de negócios hostil às empresas que cumprem a lei. Sonegação fiscal, contrabando, falsificação, pirataria, fraude, adulteração de produtos e corrupção são causas comuns de concorrência desleal que os empreendedores sérios enfrentam no Brasil – sem contar o tamanho da carga tributária e, sobretudo, a sua complexidade.

Em 2018, o ETCO completa quinze anos de trabalho em defesa da ética concorrencial. Um balanço dessa década e meia de atuação mostra que ajudamos o País a alcançar algumas conquistas importantes. Participamos, por exemplo, da criação da Nota Fiscal Eletrônica, que teve papel decisivo na redução da sonegação fiscal; apoiamos a criação de sistemas de controle da produção de bebidas e cigarros; juntamos forças com outras entidades na criação do Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro; criamos o principal indicador de acompanhamento do tamanho do mercado informal no Brasil – o Índice de Economia Subterrânea (IES); apoiamos centenas de eventos e publicações para difundir as causas que defendemos. Mas os desafios continuam enormes.

Balanço do ano

Este Relatório de Atividades retrata a nossa atuação em 2017. Foi um ano difícil para a concorrência leal. No mercado, onze trimestres de recessão econômica pressionaram muitas empresas em direção à informalidade. No governo, a crise fiscal provocou cortes de orçamento em órgãos fundamentais para a fiscalização e repressão das práticas ilícitas.

Mas conseguimos avançar com alguns projetos importantes ao longo do ano. O Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, que coordenamos juntamente com o FNCP (Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade), realizou a campanha "O Brasil que Nós Queremos" para conscientizar a população sobre os prejuízos causados por crimes como contrabando, fraudes, pirataria, falsificação e adulteração de produtos. Também criou o Movimento Legalidade, que busca estimular e apoiar administrações municipais a intensificar o combate ao comércio ilegal e que conquistou quatro adesões extremamente importantes no ano (São Paulo, Recife, Porto Alegre e Campinas), além de contar com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos para continuar se expandindo.

O ETCO também apoiou o Movimento Combustível Legal, uma iniciativa do Sindicom que busca o apoio da sociedade e do poder público na luta contra as fraudes no setor de combustíveis. No Congresso Nacional, apoiamos os estudos que embasaram a senadora Ana Amélia na elaboração de um projeto de lei para regulamentar o artigo 146-A da Constituição. O instrumento permitirá a criação de regimes especiais de tributação para combater a praga do devedor contumaz de impostos.

Ao longo deste Relatório, apresentamos muitas outras ações que realizamos no ano para promover a ética concorrencial. Mas, em 2017, atuamos também em um campo mais amplo, com um projeto voltado aos jovens brasileiros. O trabalho partiu de uma pesquisa encomendada ao Datafolha para entender como eles enxergam os valores relacionados com a ética. O resultado foi a disponibilização aos professores de todo o País de um conjunto de atividades pedagógicas para trabalhar esse tema em sala de aula.

Nestes quinze anos, vivemos algumas conquistas e muitos desafios. Mas eles só reforçaram o nosso compromisso com o Brasil e a nossa certeza de que persistir na construção de uma sociedade mais ética é o único caminho capaz de nos levar ao desenvolvimento.

Coordenação da campanha *"O Brasil que nós queremos"*

Iniciativa do Movimento em Defesa do Mercado Legal mostrou os benefícios que a redução do comércio ilícito traria ao Brasil

Leitores do jornal *Folha de S. Paulo* tiveram uma surpresa ao deparar com a edição de 29 de março de 2017. A capa trazia uma série de notícias positivas na área de segurança pública. A manchete principal dizia: "Contrabando paraguaio cai ao mínimo histórico". Outras chamadas iam na mesma direção ao retratar diferentes consequências da vitória do Estado na guerra contra o crime organizado, como esta: "Poder público retoma bairros na periferia de São Paulo".

Infelizmente, não eram notícias reais. Os leitores foram informados de que aquela sobrecapa fazia parte de uma campanha para chamar a atenção do público sobre a relação entre violência pública e crimes como contrabando de cigarros, pirataria e fraudes no setor de combustíveis, que são as grandes fontes financeiras das quadrilhas.

A ação fazia parte da campanha "O Brasil que nós queremos", uma iniciativa do Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, que é coordenado pelo ETCO e pelo FNCP, em conjunto com a Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação, e conta com o apoio de setenta entidades.

A campanha envolveu diversas ações, como eventos públicos em São Paulo e Foz do Iguaçu, para a destruição de produtos contrabandeados apreendidos pela polícia e uma exposição de arte sobre o tema. Exibida no saguão da Câmara dos Deputados, em Brasília, ela trazia a maquete de uma cidade construída com embalagens de remédios, cigarros, peças de aparelhos eletrônicos e outros produtos que constituem os principais alvos dos criminosos. Os prédios mostravam escolas, hospitais e outros equipamentos públicos que o governo poderia construir com os impostos que deixam de ser arrecadados por causa do contrabando, que fez a economia brasileira perder R$ 130 bilhões em 2016.

Além de alertar sobre o problema, a campanha do Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro propôs soluções. Um protocolo de intenções celebrado com o Ministério da Justiça relacionou uma série de medidas a serem adotadas ao longo do ano por órgãos públicos com apoio de entidades da sociedade civil. Confira ao lado quais foram as principais propostas.

Sobrecapa da campanha no jornal *Folha de S.Paulo*

INFORME PUBLICITÁRIO

FOLHA DE S.PAULO

OPINIÃO

Não era tão difícil

Contrabando paraguaio cai ao mínimo histórico

ESTRADA AFORA

Maquete de cidade construída com produtos contrabandeados exibida na Câmara dos Deputados

1 Apoio técnico e operacional à execução do Plano Nacional de Fronteiras (com foco na fronteira entre Brasil e Paraguai).

2 Promoção de discussões no Legislativo de medidas para facilitar a execução do plano de fronteiras.

3 Implementação de ações de inteligência no combate ao contrabando.

4 Identificação de recursos financeiros para investimentos em recursos humanos e tecnológicos.

5 Criação de grupos de trabalho conjuntos (Parlamento, sociedade civil, Governo e Judiciário).

6 Fomento ao debate com países vizinhos.

7 Campanhas para sensibilizar a sociedade sobre os impactos da ilegalidade, incentivando uma mudança de comportamento.

Assinatura de Protocolo de Intenções com o Ministério da Justiça

O Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, coordenado pelo ETCO e pelo FNCP, e o Ministério da Justiça firmaram no dia 29 de março de 2017 um Protocolo de Intenções para fortalecer o combate ao comércio ilícito. O documento foi assinado pelo então ministro da Justiça Osmar Serraglio, pelo presidente do ETCO Edson Vismona, e pelo deputado federal Efraim Filho (DEM-PB), presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando e à Falsificação.

O Protocolo reuniu dez objetivos estratégicos e listou uma série de ações concretas para alcançar cada uma delas. O primeiro item, por exemplo, propõe um trabalho contínuo de inteligência para combater crimes como pirataria, contrabando e descaminho. Entre as iniciativas, sugeriu a reativação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP).

Criado em 2004, a partir de sugestão do relatório final da CPI da

Evento teve repercussão importante da mídia

A assinatura do protocolo de intenções teve um importante apoio de um dos principais comentaristas da TV Globo, o jornalista Alexandre Garcia. Ele tratou do tema por mais de dois minutos em sua participação no Bom Dia Brasil, falando sobre a importância das propostas contidas no documento e conscientizando os telespectadores sobre as consequências de práticas como o contrabando e a pirataria.

O ministro da Justiça (ao centro), o deputado Efraim Filho (à esq.) e o presidente do ETCO, Edson Vismona (à dir. do ministro)

Pirataria, instaurada no início daquele ano, o Conselho tem como missão articular e implantar políticas públicas de combate à pirataria com a colaboração de representantes de diversos setores da sociedade civil organizada.

O órgão também é responsável pela elaboração e coordenação do Plano Nacional de Combate à Pirataria, que promove ações repressivas para conter a oferta de produtos piratas e campanhas educativas para reduzir sua demanda.

Outro ponto tratado no protocolo ▸

Proposta incluiu reativação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual

"Metade dos compradores de produtos ilegais alegam que não sabem dos prejuízos para o País. Não são apenas os impostos não recolhidos que fazem falta para as contas públicas deficitárias. São também os empregos dos brasileiros e a atividade econômica nacional, que tem mais esse peso a carregar"

"O contrabando e a pirataria existem porque encontram quem compre aqui no Brasil. É o mesmo que acontece com a droga, que vem junto. Mas não basta combater. É preciso vencer a tentação de comprar o que é mais barato, embora sem garantia de qualidade."

O comentarista Alexandre Garcia, da Globo, dedicou dois minutos ao tema no Bom Dia Brasil

de intenções pede a participação do Ministério da Justiça na mobilização da bancada governista no Congresso Nacional em relação a projetos de lei de combate ao mercado ilegal. O documento lista alguns instrumentos específicos, como o PL 1530/15, que cassa a CNH dos motoristas flagrados no transporte de contrabando, e o PL 333/99, que aumenta a proteção para os titulares de marcas.

Apesar da mudança do titular da pasta, o Ministério da Justiça vem dando encaminhamento a diversos pontos listados no protocolo apresentado pelo ETCO.

As propostas apresentadas pelo ETCO

1. Desenvolver, continuamente, ações de inteligência e repressão no combate ao contrabando e descaminho.
2. Promover a discussão no Legislativo de medidas que facilitem a execução do Plano Nacional de Fronteiras, fortalecendo os fundamentos jurídicos para o combate à criminalidade.
3. Sensibilizar a sociedade sobre impactos da ilegalidade com o objetivo de gerar mudança de comportamento em prol do desenvolvimento do País.
4. Dar apoio técnico e operacional à execução do Plano Nacional de Fronteiras, com especial atenção às ações de fiscalização da fronteira entre Brasil e Paraguai.
5. Identificar verbas (orçamentárias ou de fundos) para investimento em recursos humanos e tecnológicos.
6. Rastrear a movimentação financeira das organizações criminosas.
7. Criar grupos de trabalho integrando a sociedade civil, o Parlamento, o Executivo e o Judiciário, com suporte técnico-acadêmico para a sugestão de medidas que gerem resultados efetivos.
8. Fomentar o debate com países vizinhos e construir uma agenda positiva para redução imediata da ilegalidade.
9. Desenvolver plano de atuação cooperativa e coordenada com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).
10. Definir Plano de Divulgação de Resultados.

Apoio à Frente Parlamentar em Defesa da Propriedade Intelectual

> "A pirataria afeta a geração de emprego e a economia. Estima-se que 100 mil postos de trabalho deixam de ser criados devido a esse crime."
>
> Fernando Francischini, presidente da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria

O ETCO apoiou o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Propriedade Intelectual e do Combate à Pirataria, no dia 7 de março de 2017, no Congresso Nacional. O grupo presidido pelo deputado federal Fernando Francischini (SD-PR) reúne parlamentares comprometidos com a causa, e sua missão é apresentar ou acelerar a tramitação de Projetos de Lei para fortalecer a propriedade intelectual e cobrar ações do Poder Executivo contra a pirataria.

"É preciso estimular a inovação no Brasil. O brasileiro é muito criativo, mas sem uma legislação firme na defesa dessas novas ideias estamos contribuindo para afastar o investimento na indústria e para uma insegurança jurídica sem tamanho", afirmou Francischini. "Uma das soluções é combater a pirataria. Esse crime tira do país e do povo brasileiro cerca de R$ 4 bilhões por ano. A pirataria afeta diretamente a geração de emprego e, consequentemente, a economia. Estima-se que 100 mil postos de trabalho deixam de ser criados devido a esse crime."

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, foi um dos convidados a falar sobre o assunto para os parlamentares e demais participantes do evento. Ele lamentou os altos níveis de violação da propriedade intelectual ainda verificados no Brasil e reforçou a importância de combater a pirataria para atrair investimentos. Vismona também lembrou que essa é uma das principais causas defendidas pelo ETCO.

Além do ETCO, a Frente Parlamentar tem o apoio de outras 36 entidades, que participam por meio de projetos como a CriAtivaRede, que utiliza as redes sociais para difundir a importância da propriedade intelectual entre a população e já conta com mais de 37 mil seguidores no Facebook.

Termo de cooperação com a Frente Nacional de Prefeitos

O Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, coordenado pelo ETCO e pelo FNCP, conquistou a importante adesão da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) no combate ao comércio ilícito nas cidades. Um termo de cooperação nesse sentido, prevendo várias iniciativas (veja abaixo) foi assinado em abril pelo presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, e pelo então presidente da FNP, Márcio de Lacerda, ex-prefeito de Belo Horizonte.

Um dos primeiros resultados da parceria foi o apoio da Frente Nacional de Prefeitos ao Movimento Legalidade, que define ações concretas para integrar os municípios aos órgãos estaduais e federais de combate ao comércio ilícito.

O ACORDO PREVÊ AS SEGUINTES INICIATIVAS:

- Motivação do estabelecimento de conexão entre as forças policiais nas referidas áreas mais críticas, para troca de informações e atuação coordenada.
- Aumento da fiscalização intensiva para combate ao mercado ilegal, com a realização de operações frequentes de apreensão de produtos de origem ilícita.
- Instituição de gabinetes integrados de segurança para coordenar o combate à ilegalidade nos municípios.
- Promoção de uma política de fechamento dos estabelecimentos que vendem produtos ilegais, que funcionam sem respeitar os regulamentos municipais, cassando as inscrições municipais e estaduais.
- Realização de operações constantes de fiscalização pelos órgãos de vigilância sanitária municipal para verificação de venda de produtos irregulares.
- Capacitação das guardas municipais para o combate ao mercado ilegal.
- Criação de políticas inovadoras que tenham como objetivo a redução do mercado ilegal.
- Fomentação da participação dos municípios em articulação com a iniciativa privada e a sociedade civil em geral no desenvolvimento de convênios e parcerias para cooperação na estratégia de ação e captação de recursos.

Prefeito João Doria inspeciona cigarros contrabandeados prestes a serem destruídos

Adesão de prefeitos ao Movimento Legalidade

Um dos principais avanços conquistados em 2017 pelas forças que lutam contra o comércio ilegal foi o lançamento e a expansão do Movimento Legalidade. Trata-se de um projeto voltado às prefeituras comprometidas com o combate a práticas ilícitas como o contrabando e a pirataria, que busca integrar suas ações com as de órgãos estaduais (polícias Civil e Militar, Vigilância Sanitária, Procon e Ipem) e da União (Receita Federal, Polícia Federal, Anvisa e ANP).

O projeto é uma iniciativa do Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, coordenado pelo ETCO e pelo FNCP, e conta com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que vem promovendo sua expansão pelo país, e de outras setenta entidades.

Estreia em São Paulo

A Prefeitura de São Paulo foi a primeira a aderir ao projeto, em setembro, quatro meses após um encontro do presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, com o prefeito João Doria e com secretários mu-

nicipais de diferentes pastas. A reunião tinha como objetivo formalizar uma parceria do Movimento Brasil Legal com a prefeitura paulistana para o lançamento do Programa SP Legal, que acabaria sendo incorporado ao Movimento Legalidade. Nos meses seguintes, o projeto teve a adesão das prefeituras de Recife, Campinas e Porto Alegre, o que demonstra o acerto de sua concepção e a força da aliança formada em torno do mercado legal.

Na cerimônia que marcou a adesão de São Paulo, no dia 15 de setembro de 2017, o presidente do ETCO falou da importância dessa luta. "A violência que está nas ruas e que nos amedronta é financiada por esses crimes. Lutar contra isso é lutar a favor da vida e da dignidade dos paulistanos. A Prefeitura de São Paulo está saindo na frente, mas chegou a hora de unir forças com todos os municípios brasileiros em busca de soluções para o mercado ilegal."

Na ocasião, o prefeito João Doria prometeu agir de forma rigorosa. "Acabou o tempo da leniência. A partir de agora, na cidade de São Paulo, a lei será cumprida." ▸

Ações propostas pelo projeto

1 Reestruturação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), que reúne órgãos da Prefeitura, do Estado e da União para debater e definir estratégias para ações em vários temas, entre eles fraudes contra o consumidor e o comércio ilegal.

2 Criação do Comitê de Defesa do Mercado Legal, ligado ao GGI, com a missão de identificar os centros de vendas, distribuição e depósitos de produtos ilegais. O Comitê definirá ações de inteligência e de combate às práticas ilícitas.

3 Definição de uma política de aproveitamento ou descarte de produtos apreendidos, que será formulada em parceria com associações de classe e entidades do terceiro setor.

4 Educação do comerciante sobre práticas ilegais, seus impactos e ameaças às atividades produtivas.

5 Simplificação de práticas e posturas que geram entraves à atividade comercial e estimulam a informalidade.

6 Campanha de comunicação para informar a população sobre os prejuízos do contrabando e os objetivos dessas iniciativas.

Vismona, do ETCO, e o prefeito João Doria, o primeiro a aderir ao Movimento Legalidade

Vismona com Jonas Donizette, prefeito de Campinas e presidente da Frente Nacional de Prefeitos

Chegada ao Nordeste

Em 28 de outubro de 2017, foi a vez de Recife aderir ao Movimento. O prefeito Geraldo Júlio (PSB) anunciou a intensificação de campanhas de conscientização sobre os prejuízos do contrabando e da pirataria para a população de um modo geral e os comerciantes em particular.

Os cofres públicos e as empresas que atuam dentro da lei sofrem imensos prejuízos por causa desses crimes na capital pernambucana. Em 2016, estima-se que tenham sido comercializados na cidade R$ 800 milhões em produtos ilegais. Só do setor de cigarros, um dos mais afetados, deixaram de ser arrecadados R$ 100 milhões em impostos na cidade, onde o contrabando domina 50% do mercado.

"Assim como a capital paulista, Recife tem um perfil de porta de entrada de mercadorias para outras localidades", afirmou o presidente do ETCO durante a cerimônia de adesão de Recife ao Movimento Legalidade. "Ao coibir o comércio de produtos ilegais, também fortalecemos as empresas e os empregos locais. Pernambuco é um polo de produção têxtil e de softwares, mas como investir se as empresas compram softwares piratas e nada acontece?", questionou Vismona.

Primeira cidade do interior

Pouco mais de um mês depois, em 1º de dezembro, o Movimento ganhava a adesão de Campinas, comandada pelo pre-

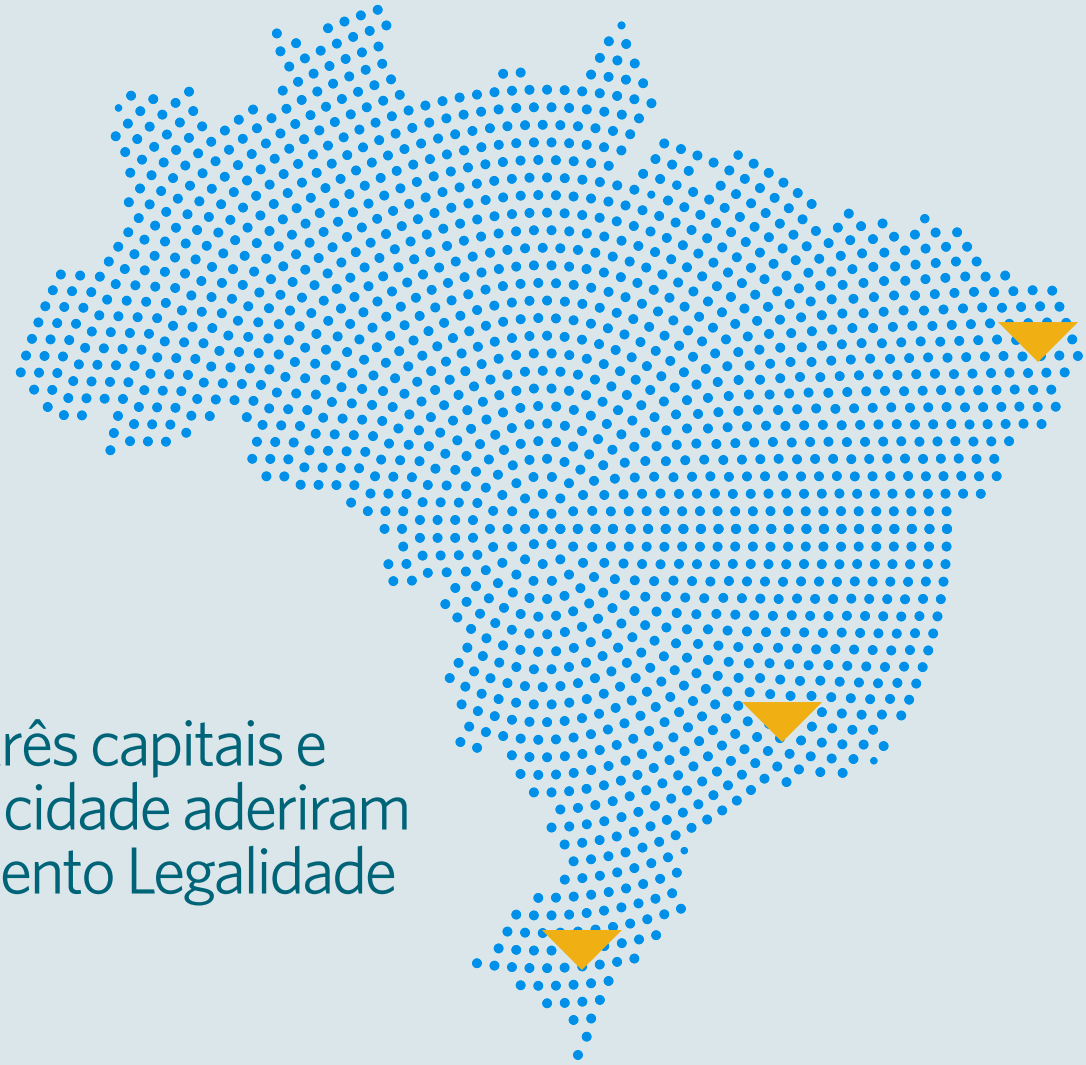
feito Jonas Donizette (PSB), que também é presidente da Frente Nacional de Prefeitos. "Em Campinas, somente em 2016, a venda de produtos contrabandeados e pirateados gerou uma evasão fiscal de R$ 850 milhões aos cofres públicos municipais, valor que poderia ser revertido em benefício da população na forma de mais saúde, educação, transporte, segurança", afirmou Donizette. "Ao assumir o compromisso público de transformar o combate ao mercado ilegal em prioridade, a Prefeitura mostra que, apesar de complexo, o problema pode, e deve, ser enfrentado. Somente assim vamos colocar não só Campinas, mas o Brasil todo, no caminho do desenvolvimento, da legalidade e da justiça."

Avanço para o Sul

A trajetória do Movimento Legalidade em 2017 contou ainda com a adesão de Porto Alegre, no dia 18 de dezembro. No evento que marcou a parceria, o presidente do ETCO lembrou que a capital gaúcha perde anualmente R$ 950 milhões em impostos por causa do contrabando, principalmente de cigarros. "De cada 100 cigarros vendidos na cidade, 38 são ilegais, majoritariamente vindos do Paraguai", ressaltou Vismona.

O prefeito Nelson Marchezan Júnior afirmou que a parceria deve intensificar a política que o município já adota de unir a atuação das forças municipais com órgãos estaduais e federais de repressão ao crime. "Existe uma integração que foi ampliada com a Brigada Militar, a Polícia Civil, além da Receita Federal, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal", disse.

O projeto encerrou o ano com a expectativa de conquistar a adesão de novas prefeituras em 2018, dando cada vez mais força ao Movimento. ■



Em 2017, três capitais e mais uma cidade aderiram ao Movimento Legalidade

Lançamento da Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando na Assembleia Legislativa de São Paulo

Com apoio do ETCO, deputados estaduais paulistas se uniram para combater o mercado ilícito

O Estado mais rico é também o maior consumidor de produtos contrabandeados do País. Por isso, um marco importante da guerra contra esse tipo de crime foi a criação de uma coalizão na Assembleia Legislativa paulista dedicada ao tema. A Frente Parlamentar Estadual de Combate ao Contrabando foi instaurada no dia 29 de junho de 2017, sob a presidência do deputado Jorge Caruso (PMDB) e com a adesão de quarenta deputados. A iniciativa teve o apoio do Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, um grupo de trabalho que reúne setenta entidades e é coordenado pelo ETCO e pelo FNCP.

Segundo estimativa do FNCP, o governo paulista deixou de arrecadar mais de R$ 3,1 bilhões em 2016 por causa do contrabando, que atinge

> “Combater o comércio de mercadorias ilegais em nossas cidades é responsabilidade dos governos estaduais e das prefeituras.”

Jorge Caruso, presidente da Frente Estadual de Combate ao Contrabando de São Paulo

setores como tabaco, autopeças, bebidas, medicamentos e eletroeletrônicos. O segmento mais atingido é o de cigarros, em que 45% das vendas correspondem a produtos ilegais, incluindo a marca líder no Estado, a Eight, fabricada no Paraguai. A evasão fiscal retira do Estado e de seus municípios recursos que poderiam ser usados para proporcionar serviços fundamentais para a população (veja quadro).

Repressão ao comércio ilegal

“É claro que uma importante parte dessa luta tem de ser travada nas fronteiras brasileiras, pois precisamos fechar as portas para a entrada ilegal de produtos vindos do Paraguai. Mas outra importante frente de atuação deve ser o combate ao comércio de mercadorias ilegais em nossas cidades”, justificou o deputado Caruso. “Isso é responsabilidade dos governos estaduais e das prefeituras, que já possuem diversos mecanismos para atingir esse objetivo, sejam eles na área de inteligência e repressão, sejam políticas tributárias que retirem dos produtos contrabandeados sua principal vantagem sobre aqueles fabricados legalmente no país: o preço.”

O presidente da Frente Parlamentar lembrou também de outro prejuízo provocado por essa prática. “O contrabando é uma atividade dominada por quadrilhas como o PCC. ▸

As atribuições do grupo

- Definir e apresentar propostas de legislação que contribuam para o combate efetivo ao contrabando e à falsificação no Estado.
- Cobrar do poder público, em todas as suas instâncias, a execução de ações firmes e imediatas para reduzir o problema do contrabando, a falsificação e seus impactos negativos para a sociedade.
- Levar a discussão sobre o contrabando e a falsificação para toda a sociedade por meio de debates e audiências públicas.
- Averiguar outros caminhos que possam ser adotados para que o país não seja mais vítima desses crimes.

Esses criminosos utilizam os lucros gerados pelo contrabando para financiar outros crimes, como o tráfico de drogas e de armas", alertou.

Como primeiro ato da Frente Parlamentar, Caruso anunciou a instituição do dia 3 de agosto como Dia Estadual de Combate ao Contrabando. O objetivo, segundo ele, é que essa data seja marcada todos os anos por debates, atividades e prestações de contas sobre as ações que o poder público paulista vem adotando contra esse crime.

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, comemorou a decisão da Assembleia de São Paulo. "Lutar contra o contrabando no Estado é lutar a favor da cidadania e da concretização de uma realidade almejada por toda a população de São Paulo", elogiou.

Impactos do contrabando no Estado

R$ 3,13 bilhões deixaram de ser arrecadados em tributos no Estado de São Paulo em 2016 por causa do contrabando

26 HOSPITAIS

521 UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO

6.200 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

1.500 CRECHES

33.000 CASAS POPULARES

125 QUILÔMETROS DE ESTRADAS DUPLICADAS

17 PONTES

107 ESCOLAS PADRÃO CEU

600 ESCOLAS PÚBLICAS

6 AEROPORTOS

2 PORTOS

Fonte: Associação Brasileira de Combate à Falsificação

Campanha contra pirataria e contrabando no Mato Grosso

Em um esforço para expandir a luta contra o mercado ilegal pelo interior do País, o ETCO apoiou a Campanha contra o Contrabando, a Falsificação de Produtos e a Pirataria promovida pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (Fecomércio-MT).

O projeto foi lançado no dia 20 de setembro de 2017 e inclui ações como a distribuição de uma publicação para conscientizar a população e os comerciantes locais sobre os prejuízos que a venda desses produtos provoca ao País.

"O dano mais evidente é tirar receita dos municípios, Estados e da União, recursos financeiros que poderiam estar sendo destinados à saúde, educação e segurança", afirmou o presidente da Fecomércio-MT, Hermes Martins da Cunha. "Temos convicção de que, com esse trabalho, podemos alavancar mais recursos e mitigar os prejuízos à economia legal."

O evento de lançamento ocorreu em Brasília, no prédio do Senado. O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, falou aos convidados sobre o quanto o mercado ilegal inviabiliza ou desestimula investimentos de empresas que querem produzir no Brasil. "Sem ética e defesa da lei, o País não se desenvolverá", sentenciou.

Além do ETCO e do FNCP, a iniciativa tem apoio da Polícia Rodoviária Federal, da seção estadual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT), do Procon-MT, do Tribunal de Contas do Estado, da Associação Mato-Grossense dos Municípios e do governo do Estado.

Presidente do ETCO durante o lançamento da Campanha da Fecomércio-MT

Projeto inclui cartilha para conscientizar comerciantes e consumidores

Artigo cobrando ações integradas contra criminosos financiados pelo mercado ilegal

No início de 2017, o País ficou estarrecido diante de cenas de brutalidade dentro de presídios brasileiros, incluindo a degola de detentos. Em meio às repercussões desses fatos, o presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, publicou artigo no *Correio Brasilense* lembrando que as facções criminosas que dominam as cadeias devem grande parte do seu poder a crimes relacionados com o mercado ilegal.

"Desde as fronteiras até as cidades, temos o crime organizado ocupando espaços e ganhando bilhões de reais com o contrabando (especialmente de cigarros), tráfico de drogas, armas e munição, pirataria, sonegação, fraudes na venda de combustíveis, falsificação de produtos e documentos", escreveu Vismona.

Sob o título "Estado. Que estado?", o artigo questionou a maneira pontual com que o País vem enfrentando esse mal e cobrou uma visão mais sistêmica do problema. "O Estado, com a participação da sociedade civil, precisa urgentemente se organizar para desorganizar o crime. De nada adianta preparar planos e mais planos se não forem executadas as premissas de ocupar espaços e combater para valer a ação criminosa organizada, que basicamente busca ganhar dinheiro", afirmou o presidente do ETCO. "A luta é para que o Estado diminua o espaço da atuação criminosa — que perverte a própria existência do poder público —, combatendo-a e cortando suas fontes de recursos financeiros."

No artigo, Vismona recordou que, semanas antes, o ETCO e o FNCP haviam levado ao Ministério da Justiça e Cidadania um documento listando 21 propostas de combate ao crime, especialmente nas fronteiras. Entre as estratégias sugeridas, estavam os itens ao lado.

1 Integração entre a inteligência das forças policiais (federais e estaduais), da Receita Federal, do Coaf, da Abin e das Forças Armadas, identificando os pontos mais críticos e implementando ações cooperadas.

2 Investimento em tecnologia de controle e recursos humanos, viabilizando pronta resposta de repressão.

3 Identificação da movimentação financeira suspeita, acionando os meios para reprimi-la.

4 Implantação de sistema de monitoramento de navegação no lago de Itaipu pela Marinha.

5 Desenvolvimento de Planos de Ação com os países fronteiriços e atualização legislativa.

Estado. Que estado?

• EDSON VISMONA

Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e do Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP). Foi secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo

Sabemos que o Estado existe para dar respostas a algumas obrigações básicas: cumprir e fazer cumprir a lei; exercer a autoridade (nunca o autoritarismo); arrecadar impostos e taxas e administrar os recursos públicos (com exação); e prestar serviços (permanentes e com qualidade). As cenas fartamente mostradas na televisão neste início de ano fazem com que retomemos dúvidas quanto ao papel do Estado brasileiro. Elas atestam a barbárie nos presídios do Brasil, demonstrando, de um lado, a presença das organizações criminosas e, de outro, a ausência do Estado, incapaz de prontamente agir no cumprimento dos seus deveres. Como um espectador, assistiu à ação das facções criminosas, temeroso de assumir o controle da situação caótica — como se fosse admissível a ausência da administração pú-

eleições de representantes políticos e também pelo aliciamento de autoridades (policiais e judiciais) —, as organizações criminosas agregam cada vez mais poder, rivalizando com o poder público, que de autor principal passa a ser mero coadjuvante.

O Estado, com a participação da sociedade civil, precisa urgentemente se organizar para desorganizar o crime. De nada adianta preparar planos e mais planos se não forem executadas as premissas de ocupar espaços e combater para valer a ação criminosa organizada, que basicamente busca ganhar dinheiro. Quanto menor o risco, melhor para os criminosos. A luta é para que o Estado diminua o espaço da atuação criminosa — que perverte a própria existência do poder público —, combatendo-a e cortando suas fontes de recursos financeiros.

monitoramento de navegação no lago de Itaipu pela Marinha; desenvolvimento de Planos de Ação com os países fronteiriços e atualização legislativa. Essas propostas estão alinhadas com anos de avaliação do fenômeno criminoso. É prova de incompetência achar que só com ações policiais pontuais será possível combater o crime. Temos que superar a ideia do Estado repartição e assumir a integração e colaboração, com ações permanentes. Essa missão não é de nenhuma organização pública isolada, é de todas.

Ao lado das ações policiais, é fundamental cortar os meios de financiamento dos criminosos, e isso envolve o combate não só ao tráfico de drogas e armas, mas também ao contrabando, à sonegação contumaz, à fraude, à falsificação e à pirataria. Essas são as fontes de recursos para as organizações

Artigo publicado no *Correio Braziliense*

Promoção de evento para debater relação entre comércio ilegal e criminalidade

A violência urbana que existe em todo o Brasil assumiu tons dramáticos no Rio de Janeiro. Entender suas causas e propor soluções que atuem na raiz do problema foi um dos objetivos do Encontro Brasil de Ideias: Avante Brasil, realizado na capital fluminense no dia 1º de agosto de 2017. O evento foi promovido em parceria pelo Movimento Nacional em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, coordenado pelo ETCO e pelo FNCP, e pela revista *Voto*.

O debate teve a contribuição de importantes nomes do governo federal e de órgãos públicos relacionados com o tema. O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Westphalen Etchegoyen, falou sobre a urgência de combater o crime organizado, responsável pelo contrabando, tráfico de drogas, armas e lavagem de dinheiro. "O Brasil vive uma situação extraordinária, por isso necessita de soluções extraordinárias, como o endurecimento de leis, para combater a criminalidade", afirmou Etchegoyen.

Para agir nas causas

O ministro José Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), chamou a atenção para um ponto fundamental dessa batalha. "O Brasil tem 16 mil quilômetros de fronteiras e não há uma política integrada. Sabe-se que 68% dos Estados não compartilham informações. É preciso que haja uma mudança e cooperação entre as secretarias de Estado para combater o crime organizado", enfatizou. Nardes chamou a atenção também para a necessidade de integrar melhor a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e os demais órgãos que atuam no controle de fronteiras.

O ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, lembrou que as medidas de combate à violência só terão efeitos se acompanhadas de ações sociais. "Precisamos mostrar para a juventude que há outro mundo possível e resgatar a cidadania da população dessas áreas de risco", disse.

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, afirmou que o combate só será efetivo se conseguir secar as fontes financeiras que mantêm o crime organizado. Ele lembrou que mais de um terço dos cigarros consumidos no Rio são fruto de contrabando, o que proporciona muitos recursos financeiros para quadrilhas que atuam também no comércio ilegal de armas e no tráfico de drogas. Vismona citou também o roubo de cargas como outra fonte financeira importante para as quadrilhas.

Evento realizado no Rio discutiu relação entre o comércio ilegal e o crime organizado

Realização de seminário sobre mercado legal com o Correio Braziliense

O Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, coordenado pelo ETCO e pelo FNCP, patrocinou o debate "O Brasil que Nós Queremos: unidos pelo fim do contrabando e da criminalidade", promovido pelo jornal *Correio Braziliense* no dia 15 de agosto de 2017.

O evento contou com a presença de lideranças empresariais e autoridades do setor público, como o ministro da Justiça, Torquato Jardim, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) João Augusto Nardes e o deputado federal Efraim Filho (DEM/PB), presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando.

O encontro discutiu medidas para combater o mercado ilegal. O ministro da Justiça defendeu a criação de um fundo nacional de segurança pública para fortalecer o controle das fronteiras e os órgãos policiais e de fiscalização. "O comércio ilícito é globalizado. O crime não conhece bandeiras e nações, são quadrilhas transnacionais", justificou.

O ministro Nardes, do TCU, enfatizou a necessidade de investir em inteligência e na integração dos diferentes órgãos que fazem o controle das fronteiras. "A faixa de fronteira corresponde a 27% do território nacional. Ou seja, se a nossa fronteira fosse um país, seria o 12º maior do mundo. Por isso, o nosso desafio é integrar todos os órgãos e Estados para que haja cooperação no combate ao crime organizado", afirmou.

Investimento que retorna

O deputado Efraim Filho analisou os diversos prejuízos que o mercado ilegal provoca ao país. "O contrabando deteriora a economia nacional, aumenta o desemprego, prejudica o ambiente de negócios, financia o crime organizado e gera risco à integridade e à saúde do consumidor", observou. Ele lembrou também que o investimento no combate ao contrabando retorna ao governo na forma de arrecadação tributária. "Estamos oferecendo ao governo uma alternativa para melhorar a arrecadação sem aumentar impostos, já que o mercado legal não aguenta mais pagar tributos."

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, também defendeu o fortalecimento das estruturas de combate ao contrabando, à pirataria, à adulteração de produtos e às fraudes. "O mercado ilegal contamina nossas estruturas econômicas, perverte o Estado brasileiro e coloca as cidades e a sociedade em risco. Os comerciantes legais não estão conseguindo sobreviver à concorrência desleal", afirmou.

"O comércio ilícito é globalizado. O crime não conhece bandeiras e nações, são quadrilhas transnacionais."

Torquato Jardim, ministro da Justiça

Evento debateu atuação da PF no combate aos crimes de fronteira

Participação em Congresso da Polícia Federal

Todos os anos, delegados da Polícia Federal se reúnem para tratar dos temas mais importantes de sua atividade, como a proteção das fronteiras e o combate à corrupção e ao crime organizado. O VII Congresso Nacional dos Delegados de Polícia Federal, realizado em março de 2017, em Florianópolis, pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), contou com apoio institucional do ETCO e palestra de seu presidente executivo, Edson Vismona.

Ele participou do painel "Criminalidade organizada e violenta" debatendo o tema "O Mercado Ilegal e a Ação das Organizações Criminosas".

Para uma plateia de cerca de quatrocentas pessoas, Vismona ressaltou o trabalho do ETCO na defesa do mercado legal e contra práticas como contrabando, pirataria, fraudes, adulteração de produtos, sonegação fiscal e inadimplência contumaz. "Procuramos, primeiro, mostrar para a sociedade a importância da discussão. Não estamos falando apenas de camelôs, mas de estruturas criminosas organizadas, fortes devedores contumazes de impostos, que geram bilhões de reais em prejuízos", disse o presidente do ETCO.

Vismona detalhou os prejuízos que tais práticas provocam ao ambiente de negócios e ao País como um todo e destacou a importância da PF no combate a esses crimes.

Informação para juízes federais criminais

Contribuir para que juízes criminais federais tenham um conhecimento ainda mais profundo dos prejuízos que o mercado ilegal provoca ao país. Esse foi o objetivo da participação do ETCO no VI Fórum Nacional dos Juízes Federais Criminais (Fonacrim), promovido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

O evento, que aconteceu em outubro de 2017, em Porto Alegre, incluiu um painel sobre o combate ao contrabando e descaminho, que teve a participação do superintendente adjunto da Receita Federal, Luiz Fernando Lorenzi, do presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, e do ex-presidente da Ajufe, Nino Oliveira Toldo.

Lorenzi falou sobre novas tecnologias que vêm sendo empregadas para rastrear as mercadorias e os recursos financeiros dos contrabandistas.

Vismona tratou do impacto que esses crimes provocam na economia do País, incluindo perda de arrecadação superior a R$ 40 bilhões. "Precisamos de um Brasil que defenda a lei, a ética, o mercado justo, controlado, mas dentro dos parâmetros legais", afirmou.

O ex-presidente da Ajufe concordou. "O contrabando e o descaminho são problemas muito sérios, não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista da criminalidade, visto que grandes organizações criminosas começaram com esses delitos", concluiu Nino Oliveira Toldo.

ETCO foi um dos patrocinadores do evento promovido pela Ajufe

Magistrados ficaram sabendo mais sobre os impactos do mercado ilegal na economia e na criminalidade

Participação na XI Conferência da Organização Mundial do Comércio

Representantes de 164 países participaram em dezembro de 2017 da XI Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Buenos Aires. Pela primeira vez, a tradicional reunião que discute os caminhos para o desenvolvimento do comércio global teve um painel dedicado ao problema do mercado ilícito, que envolve crimes como contrabando, pirataria e falsificação de produtos. O tema foi tratado em palestra do presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, e em apresentação da Crime Stoppers International.

Vismona falou sobre o tamanho do comércio ilegal, que impõem perdas anuais superiores a R$ 130 bilhões para as empresas que atuam dentro da lei. Os participantes do painel formularam também um documento com propostas que foram encaminhadas à direção da OMC para orientar ações de combate a esses crimes.

Apresentação de proposta em encontro da Aliança Latino-Americana Anti Contrabando

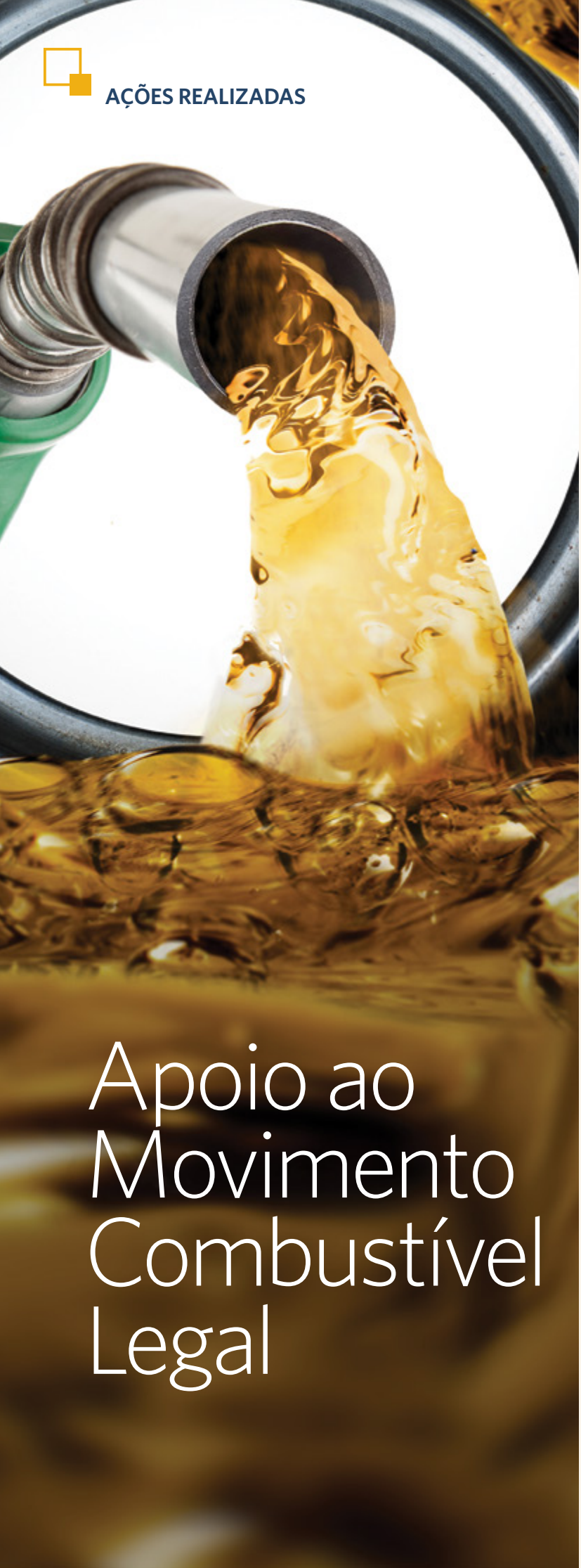
Criada em 2016, a Aliança Latino-Americana Anti Contrabando (ALAC) reúne órgãos governamentais e entidades da sociedade civil de quinze nações na busca de soluções conjuntas contra o mercado ilegal na região. O ETCO integra o grupo e participou de reunião realizada em Santiago do Chile em 2017.

O encontro discutiu proposta de equalização dos tributos sobre cigarros entre as nações que compõem a ALAC. A diferença nos impostos constitui uma das principais vantagens para os criminosos que atuam no contrabando do produto. Enquanto no Brasil, por exemplo, a tributação representa 71% do preço do cigarro, no Paraguai esse índice é de apenas 16%, segundo dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf).

Outro tema abordado foi a implementação de ações integradas de combate ao contrabando e à venda de produtos falsificados.

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, ajudou a construir as propostas e comentou a importância do trabalho do grupo. "Os membros da Aliança têm uma percepção bastante forte de que a atuação conjunta é a maneira mais eficaz de enfrentar o crime organizado transnacional", afirmou. Para fortalecer a presença brasileira no grupo, Vismona candidatou o Brasil para sediar o encontro do grupo – o que acontecerá em 2018.

A Aliança representa Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela.



Apoio ao Movimento Combustível Legal

O setor de combustíveis convive com altos níveis de fraudes que prejudicam os concorrentes honestos, o consumidor e o País. A lista inclui inadimplência no pagamento de tributos, venda de carga roubada, adulteração de combustíveis, com mistura de substâncias mais baratas e com tributação menor, e fraudes nos medidores das bombas de abastecimento – a chamada bomba baixa.

Em agosto, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), associado do ETCO, criou um projeto para alertar a população sobre esses graves problemas e cobrar mais fiscalização e punições mais rigorosas aos praticantes desses delitos. O Movimento Combustível Legal, como foi batizado, defende uma série de medidas concretas capazes de reduzir as fraudes (veja quadro) e vem atuando para os órgãos competentes aprová-las ou implementá-las. Além disso, tem feito campanhas publicitárias para conquistar o apoio da sociedade para essa causa, como os anúncios que foram veiculados em revistas semanais ao longo de 2017.

O ETCO é um dos principais apoiadores do Movimento. "O setor de combustíveis é muito afetado por práticas desleais", afirma o presidente executivo do Instituto, Edson Vismona. "As empresas corretas sofrem por ter de disputar um mercado tão sensível a preço com competidores desonestos que recorrem aos mais variados expedientes ilícitos para vender mais barato."

O diretor de Planejamento Estratégico do Sindicom, Helvio Rebeschini, explicou os objetivos da campanha: "A partir do final de 2014, notamos uma deterioração do mercado do ponto de vista concorrencial e o crescimento de novas práticas ilícitas. Paralelamente, constatamos que continua havendo muito desconhecimento da população, da mídia e de autoridades sobre a importância do nosso segmento para as pessoas e os prejuízos que essas fraudes causam ao País. O Movimento Combustível Legal tem o objetivo de conscientizar a sociedade, unir forças e implementar um conjunto de ações para coibir essas práticas".

AS MEDIDAS QUE O MOVIMENTO DEFENDE

1. Criação de forças-tarefa permanentes agrupando os órgãos de fiscalização.
2. Leis que revoguem a Inscrição Estadual de empresas que cometerem fraudes deliberadamente.
3. Revisão de normas de regulação e procedimentos de importação de diversos produtos usados na produção de combustíveis.
4. Fortalecimento ou incentivo à criação de regimes especiais de fiscalização e tributação estaduais para combater sonegadores e devedores contumazes de impostos.
5. Estabelecimento de jurisprudência diferenciando o devedor contumaz do devedor eventual de tributos.
6. Uniformização de alíquotas de ICMS sobre combustíveis entre os Estados.
7. Concentração da tributação da cadeia produtiva no elo de produção e importação.
8. Equiparação de alíquotas do PIS e Cofins e do ICMS das correntes de derivados com as alíquotas dos combustíveis afins.

Evento sobre crimes no setor de combustíveis

Em agosto de 2017, a Polícia Federal deflagrou uma investigação para apurar crimes praticados no setor de combustíveis envolvendo R$ 3 bilhões. A Operação Rosa dos Ventos, como foi chamada, cumpriu 36 mandados de busca e apreensão e 24 mandados de prisão temporária em Goiás, São Paulo, Minas Gerais e no Distrito Federal.

Os crimes desvendados pela PF foram um dos temas de um seminário que o Movimento Combustível Legal realizou em Campinas, em novembro. O painel dedicado ao assunto contou com a presença do presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, que debateu aspectos legais e concorrenciais de práticas fraudulentas e criminosas, como a inadimplência tributária contumaz, o roubo de cargas e a adulteração de produtos e do marcador de vazão da bomba de combustíveis.

Estavam presentes o superintendente da PF em São Paulo, Disney Rosseti, vários delegados da PF, o Procurador da República Ricardo Perin Nardi e outros nomes que atuam na repressão a esses crimes.

Defesa de projeto de lei para combater o devedor contumaz de tributos

A regulamentação de uma lei que o ETCO defende há vários anos e que tem o poder de acabar com um problema concorrencial gravíssimo teve um avanço importante em 2017, com o apoio do Instituto. Ela diz respeito à atuação de empresas que fazem do não pagamento de impostos a estratégia central do seu negócio.

A senadora gaúcha Ana Amélia Lemos (PP-RS) apresentou em agosto, no Congresso Nacional, um Projeto de Lei ao Senado para regulamentar o artigo 146-A da Constituição Federal. Esse artigo permite a criação de regimes especiais de tributação e fiscalização para dar um tratamento mais rigoroso aos devedores contumazes de impostos. Mas, desde que foi aprovado, na minirreforma constitucional de 2003, ele aguarda regulamentação como a que foi proposta pelo PLS 284/17 da senadora Ana Amélia.

O combate ao devedor contumaz é uma importante bandeira do ETCO. Mas ele esbarra em brechas na lei que acabam favorecendo a atuação dessas empresas. O modo de atuação delas é conhecido. Elas agem em segmentos de alta carga tributária, como combustíveis, cigarros e bebidas. E declaram normalmente ao fisco as suas vendas para não serem enquadradas na prática de sonegação de impostos, que é considerada crime e tem punição rigorosa. No entanto, não pagam os tributos devidos e utilizam essa vantagem para reduzir seus preços e conquistar mercado à custa dos empresários que cumprem suas obrigações tributárias.

Prejuízos à sociedade

As ações que o fisco move contra elas costumam durar mais de dez anos. Ao final desse longo período, geralmente o Estado ganha o processo, mas não consegue receber a dívida porque a empresa não dispõe de patrimônio e está registrada em nome de laranjas. Enquanto isso, os verdadeiros donos já estão repetindo o golpe por meio de outra pessoa jurídica. Saem prejudicados não apenas os concorrentes que atuam dentro da lei, mas toda a sociedade, que deixa de usufruir dos serviços públicos que poderiam ser oferecidos se o tributo tivesse sido recolhido.

A principal dificuldade jurídica no combate a essa prática é a falta de uma lei federal que diferencie o devedor eventual de impostos, que deve ser protegido de ações abusivas do fisco, do devedor contumaz, possibilitando que este seja tratado de forma mais rigorosa. O PLS 284/17 busca suprir essa lacuna.

Em dezembro, a senadora Ana Amélia explicou o objetivo do seu projeto em entrevista exclusiva à Revista do ETCO. "O projeto estabelece critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência. A intenção é evitar a fraude, a evasão fiscal, ou mesmo a utilização da inadimplência contumaz como meios para que empresas inescrupulosas aumentem seu faturamento e lucro, ganhando mercado de forma desleal e prejudicando a concorrência. O projeto, portanto, tem espectro amplo, possibilitando a prevenção de desequilíbrios concorrenciais independentemente da forma como o tributo seja utilizado para lesar o Erário e a concorrência, incluindo a inadimplência tributária contumaz."

O ETCO e um de seus associados, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), ajudaram a equipe da senadora Ana Amélia com estudos sobre os prejuízos concorrenciais causados pelos devedores contumazes.

O PL 284/17 tem como relator o senador Ricardo Ferraço, do Espírito Santo. O Instituto também vem oferecendo apoio para difundir a importância do projeto no Congresso e na sociedade. O Instituto também vem oferecendo apoio para difundir a importância do projeto no Congresso e na sociedade.

A senadora Ana Amélia apresentou o PLS 284/17, que autoriza a criação de leis mais duras para combater empresas que fazem do não pagamento de impostos e da concorrência desleal a sua estratégia de negócio

Apoio ao Fórum da Concorrência voltado a magistrados

Vismona falou sobre as fraudes no setor de combustíveis e outras práticas ilícitas

Levar informações sobre práticas empresariais que provocam concorrência desleal a magistrados que julgam esses casos é um dos focos de atuação do ETCO. Nesse sentido, o Instituto apoiou a realização do 1º Fórum Nacional da Concorrência e da Regulação (Fonacre), promovido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) entre os dias 5 e 7 de junho de 2017, no Rio de Janeiro.

Segundo o presidente da Ajufe, Roberto Carvalho Veloso, o Fórum nasceu a partir de um debate sobre devedor contumaz de impostos realizado na Ajufe um ano antes – também em parceria com o ETCO. O Fonacre abordou temas como devedor contumaz, compliance, segurança jurídica e acordos de leniência

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, foi um dos palestrantes. Ele tratou de temas que constituem as principais bandeiras do Instituto, como as fraudes no setor de combustíveis. "Você compra um combustível e recebe outro. Ou recebe menos do que pagou. Ou a empresa não recolhe o tributo e acumula dívidas impagáveis. Perde o concorrente que age dentro da lei, perde o Estado, por conta da brutal sonegação de impostos e perde o cidadão", afirmou.

Vismona citou também casos concretos, que correm na Justiça, como de empresas do setor de cigarros que devem R$ 17 bilhões em impostos e de uma famosa companhia do segmento de bebidas que deve R$ 2 bilhões em tributos, mas não pagam – e utilizam essa vantagem para reduzir seus preços a níveis impraticáveis para os concorrentes que cumprem com suas obrigações.

Ele falou também dos prejuízos causados pelo contrabando. No setor de cigarros, segundo Vismona, a ideia de aumentar impostos para encarecer o produto e reduzir o consumo está funcionando apenas para substituir o mercado legal pelo ilegal. "Hoje, 45% do mercado nacional está nas mãos dos contrabandistas, que estão dominando o mercado. A marca líder de São Paulo – o maior mercado do Brasil – é uma marca paraguaia. É um escárnio", disse.

Evento tratou de temas como devedor contumaz de tributos, compliance, segurança jurídica e acordos de leniência

Projeto sobre ética para jovens

Contribuir para o fortalecimento da ética entre os jovens brasileiros. Esse foi o objetivo de um importante projeto que o ETCO desenvolveu em 2017, que englobou a contratação de uma pesquisa nacional do Datafolha, a produção de materiais pedagógicos sobre o tema e parceria com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo para estimular a sua aplicação em salas de aula. Denominado "Ética para Jovens", o projeto foi disponibilizado para professores de todo o País em um site exclusivo na internet.

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, explicou o propósito da iniciativa. "Para construir o Brasil forte e justo que todos queremos, precisamos reforçar as bases éticas da nossa sociedade cultivando esse valor nas novas gerações. A ética é a base do convívio social."

A pesquisa do Datafolha procurou entender como os jovens brasileiros percebem o valor da ética, como ▸

avaliam a própria honestidade e a de diferentes grupos e o que acham que pode ser feito para melhorar a formação ética das novas gerações.

O estudo ouviu 1.048 pessoas de 14 a 24 anos, em 130 municípios, entre os dias 7 e 13 de março de 2017. Os resultados mostraram que os jovens têm consciência de que o problema da falta de ética não se restringe "aos outros", mas afeta também eles mesmos e seus círculos mais próximos – embora em grau um pouco menor. A maioria (57%) considera a si própria como pouco ou nada ética, índice igual ao da avaliação deles sobre sua família. Em relação aos amigos, o índice sobe para 74% e chega a 90% para a sociedade brasileira de um modo geral. "Para enfrentar um problema, o primeiro passo é reconhecer que ele existe. Nesse sentido, podemos avaliar o resultado da pesquisa como positivo", afirmou Vismona.

Mais diálogo sobre o assunto

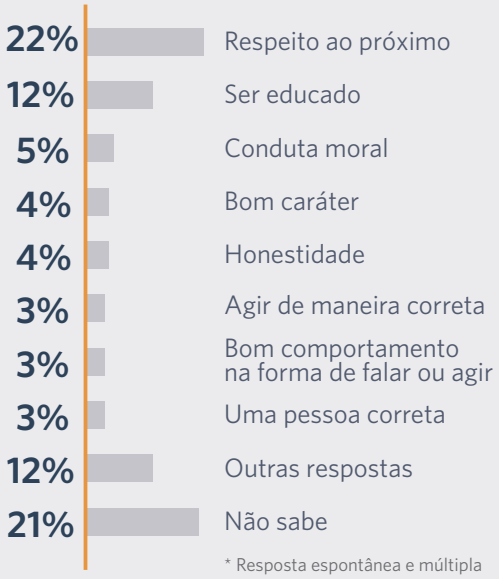
O estudo do Datafolha trouxe outras revelações muito relevantes para orientar ações de fortalecimento da ética para esse público. Uma delas foi a constatação de que os professores representam um importante referencial de honestidade para os jovens. Entre várias categorias profissionais, incluindo policiais, juízes e jornalistas, os educadores ficaram no topo do ranking, atrás apenas dos bombeiros, como os mais éticos do País.

Outra descoberta valiosa diz respeito aos caminhos que eles apontam como sendo os mais promissores para tornar a sociedade brasileira mais ética. Entre várias atitudes apresentadas, a mais eficaz, segundo eles, consiste em estimular mais conversas sobre o assunto entre familiares e amigos – o que inclui o ambiente escolar. "A pesquisa indicou que o ETCO poderia gerar ▸

Estudo mostrou que os professores são uma das principais referências de ética para os jovens

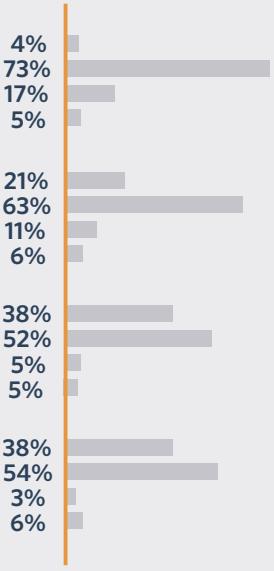
OS RESULTADOS DA PESQUISA DATAFOLHA

1 Quando você ouve falar na palavra ética, o que vem à sua cabeça?



* Resposta espontânea e múltipla

2 O quanto você, sua família, seus amigos e os brasileiros em geral são éticos?



SOCIEDADE BRASILEIRA
Muito ética
Pouco ética
Nada ética
Não sabe

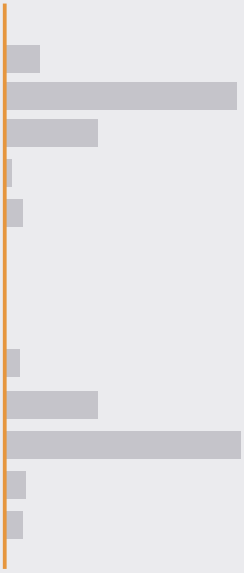
AMIGOS
Muito éticos
Pouco éticos
Nada éticos
Não sabe

A SUA FAMÍLIA
Muito ética
Pouco ética
Nada ética
Não sabe

VOCÊ (O ENTREVISTADO)
Muito ético
Pouco ético
Nada ético
Não sabe

Resposta estimulada e única

3 Com que frequência você e os brasileiros em geral agem de forma ética?



VOCÊ (O ENTREVISTADO)
O tempo todo
Na maioria das vezes
Na minoria das vezes
Nunca
Não sabe

O BRASILEIRO
O tempo todo
Na maioria das vezes
Na minoria das vezes
Nunca
Não sabe

um efeito multiplicador ao engajar os educadores, que são vistos como um dos maiores referenciais de ética dos jovens, na iniciativa de incluir ou ampliar a discussão desse tema com seus alunos", afirmou Vismona.

O Instituto contratou uma equipe para produzir e disponibilizar na internet um conjunto de sugestões de atividades sobre ética para serem desenvolvidas em sala de aula voltado ao ensino médio. A consultora Denise Hirao foi a responsável pedagógica pela elaboração do material. "Não tivemos a pretensão de ´ensinar´ o que é ou não ético", disse. "Criamos atividades com o objetivo de provocar a reflexão dos jovens sobre como formulam seus próprios parâmetros éticos e as razões pelas quais obedecem ou não a eles."

ETCO criou modelos de aula sobre ética para ajudar os professores a tratar do tema na escola

Site e parceria

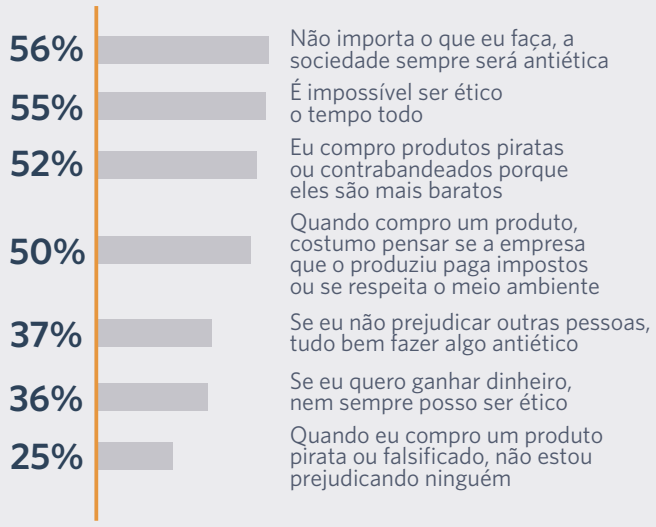
Outra preocupação foi criar propostas de aula interessantes para os jovens com base nas recomendações pedagógicas mais atuais. Nesse sentido, buscou-se aproximar o tema à realidade dos alunos e utilizar recursos modernos como charges e enredos que promovam a participação dos estudantes e a interação entre eles, incluindo temas como corrupção, bullying e direitos humanos.

O conteúdo foi disponibilizado no site www.eticaparajovens.com.br para professores de todo o Brasil.

OS RESULTADOS DA PESQUISA DATAFOLHA

4 Você acha que é possível ser ético no dia a dia com que frequência?

5 Concorda (totalmente ou em parte) com as frases a seguir?



“Estimular reflexões sobre a ética entre os jovens é uma missão extremamente importante.”

José Renato Nalini, secretário de Educação de São Paulo

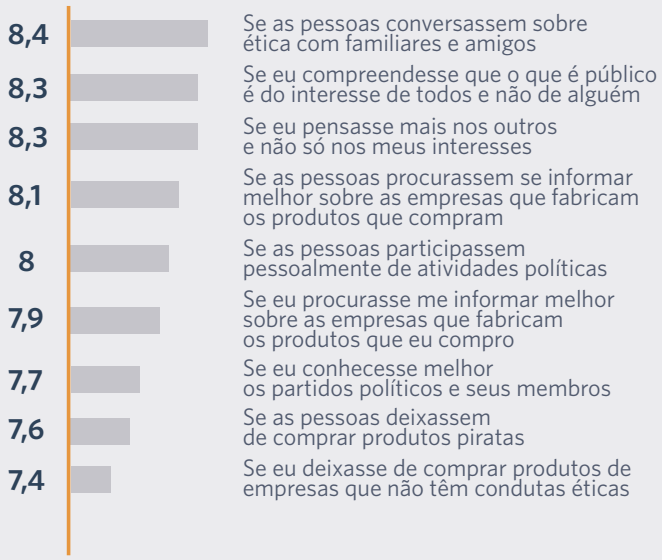
Para ampliar o impacto da iniciativa, o ETCO fez uma parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para estimular a aplicação do conteúdo em escolas paulistas. O secretário da Educação, Renato Nalini, elogiou o caráter pedagógico do projeto. “Estimular reflexões sobre a ética entre os jovens é uma missão extremamente importante”, avaliou.

A parceria incluiu a realização de um debate sobre ética na escola que reuniu nomes como o secretário adjunto da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Francisco José Carbonari, o Ouvidor-Geral do Estado de São Paulo, Gustavo Ungaro, e os educadores Eunice Prudente e Adriano Marangoni, além do presidente do ETCO.

A pesquisa que o Instituto realizou com o Datafolha e as atividades pedagógicas disponibilizadas aos professores foram tema de diversas reportagens na imprensa, ampliando o alcance do reconhecimento sobre a atuação do ETCO para além do segmento econômico.

6 De 0 a 10, o quanto você considera estes profissionais éticos?

7 De 0 a 10, o quanto você acha que estas atitudes poderiam tornar a sociedade brasileira mais ética?



As atividades propostas para sala de aula

(disponíveis no site www.eticaparajovens.com.br)

Atividade: O que é ética?
Objetivo: Estimular a reflexão dos jovens sobre sua própria formulação de referenciais éticos por meio de um jogo envolvendo um dilema ético de uma personagem fictícia.

Atividade: A ética da sala de aula
Objetivo: Estimular a reflexão sobre a formulação de referenciais e condutas éticos em ambientes coletivos. Para isso, os jovens são convidados a identificar condutas antiéticas comuns na sala de aula e propor regras para evitá-las.

Atividade: A minha ética e a ética do grupo
Objetivo: Esta atividade propõe um exercício sobre bullying e ética, buscando provocar nos jovens a reflexão sobre a influência dos colegas e a própria autonomia para agir de acordo com a sua ética.

Atividade: A minha ética e a ética do grupo (trabalho extraclasse opcional)
Objetivo: Envolver os alunos com a aula "A minha ética e a ética do grupo" por meio da realização de entrevistas com adultos sobre como lidar com o bullying entre os jovens.

Atividade: Quem é ético?
Objetivo: Discutir alguns resultados da pesquisa ETCO-Datafolha "A ética entre os jovens" para estimular os alunos a refletir sobre o conceito de ética e sobre a ética na sociedade.

Atividade: Quem é ético? (trabalho extraclasse opcional)
Objetivo: Envolver os alunos com a aula "Quem é ético?" por meio da realização de uma pesquisa de opinião.

Atividade: Coerência ética
Objetivo: Esta atividade utiliza charges e textos para instigar a reflexão dos alunos sobre a relação entre a ética individual e a ética da sociedade.

Atividade: Corrupção
Objetivo: Baseada em charges, esta atividade tem como objetivo estimular a reflexão dos jovens sobre a relação entre condutas éticas e corrupção.

Atividade: Estado Democrático de Direito – aula 1
Objetivo: Aborda a democracia representativa e o processo legislativo por meio de um jogo em que os alunos serão os vereadores de uma Câmara Municipal.

Atividade: Estado Democrático de Direito – aula 2
Objetivo: Simula um tribunal julgando um caso de corrupção no serviço público. Ao desempenhar os papéis de jurados, advogados e Ministério Público, os alunos discutirão a aplicação da lei, o princípio da igualdade e o dever do Estado de garantir um direito social.

Atividade: Direitos humanos
Objetivo: Instigar a reflexão dos alunos sobre os direitos humanos como referência ética básica para a sociedade brasileira contemporânea. Para isso, serão utilizados um vídeo documentário sobre o Holocausto e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Atividade: Pirataria e outras práticas ilícitas
Objetivo: Com um jogo em que os alunos desempenham o papel de empresas, consumidores, trabalhadores e governo, será abordado o tema da ilegalidade na prática comercial.

Participação em encontro de legisladores

Todos os anos, a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) realiza um encontro para aproximar deputados estaduais na discussão de temas relevantes para garantir o crescimento do país. A 21ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais foi realizada em junho de 2017, em Foz do Iguaçu, no Paraná, e contou com a presença do presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, entre os palestrantes.

O evento, cujo tema principal foi "O Brasil e suas reformas", reuniu 1.500 pessoas, entre deputados, assessores legislativos e representantes de entidades nacionais e internacionais. Governadores também prestigiaram o evento.

Após a abertura oficial pelos governadores de São Paulo, Paraná, Goiás e Piauí, Vismona participou do painel "O panorama econômico e as reformas", juntamente com o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega e o cientista político Paulo Kramer. Em sua fala, Vismona ressaltou a importância do respeito às leis e da ética concorrencial para a atração de investimentos e o desenvolvimento do País.

Realização de evento sobre sonegação em Conferência da OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) realizou, em novembro de 2017, no Pavilhão de Exposições do Anhembi, em São Paulo, a XXIII Conferência Nacional da Advocacia Brasileira. Aproveitando a presença de advogados, magistrados e juristas, o ETCO realizou um evento especial sobre Práticas de Sonegação como Instrumento de Concorrência Desleal para conscientizar os profissionais de Direito sobre a importância do tema para o ambiente de negócios.

O evento contou com apresentações e debates mediados pelo presidente executivo do ETCO, Edson Vismona. Entre os participantes:

O vice-presidente da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, tratou da importância do tema para o setor produtivo.

O professor Renato Lopes Bacho, juiz federal do TRF da 3ª Região, falou sobre o Combate aos Devedores Contumazes de Tributos.

O professor Hamilton Dias de Souza, conselheiro do ETCO, fez palestra sobre A Regulamentação do Artigo 146-A da Constituição Federal e o PLS 284/17, que estabelece critérios especiais de tributação para prevenir desequilíbrios concorrenciais.

O secretário adjunto da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Rogério Ceron, apresentou o inovador Programa de Estímulo à Conformidade Tributária do fisco paulista, que valoriza os bons pagadores de impostos.

O Procurador do Estado de São Paulo Alexandre Aboud, membro do Grupo de Atuação Especial da Procuradoria Geral do Estado, falou sobre formas de controle para prevenir a sonegação..

A dra. Erika de Oliveira e Silva, diretora executiva do Instituto Atlântico, e a dra. Maria Elisa Fudaba Curcio, especializada em Relações Institucionais e Políticas Públicas do escritório Honda, Teixeira, Araújo, Rocha Advogados, falaram sobra as diferentes propostas de reforma tributária em pauta.

Encontro ocorreu no Anhembi, em São Paulo

ETCO levou informação sobre uso desleal da sonegação fiscal

Patrocínio a seminário sobre reforma tributária

Debater e propor avanços no sistema tributário brasileiro é a missão do Movimento Viva, criado em parceria pela Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em maio de 2017, o ETCO contribuiu com o grupo ao patrocinar o seminário internacional "Tributo ao Brasil: a reforma que queremos".

O evento reuniu especialistas, representantes da academia, governo e empresas para apresentações e debates sobre as diferentes propostas de reforma tributária em pauta atualmente no País.

Em linhas gerais, os participantes se separavam em dois grupos. De um lado, os que defendem uma mudança radical no sistema tributário nacional; de outro, aqueles que acreditam ser mais viável fazer constantes incrementos no sistema, sem uma grande ruptura.

O professor Fernando Rezende, da Fundação Getúlio Vargas, argumentou em favor de uma reforma mais profunda. "É preciso reconstruir o sistema tributário nacional, estabelecer princípios e conceitos e abandonar os remendos", afirmou.

O secretário da Fazenda do Tocantins, Paulo Antenor, falou sobre a necessidade de associar a reforma tributária à negociação de um novo pacto federativo, incluindo a criação de um fundo de compensação para os Estados.

O advogado Helcio Honda, diretor do Departamento Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), também condicionou a reforma tributária ao pacto federativo. "Precisamos compensar a desigualdade regional entre os Estados, reajustando os desequilíbrios do ICMS", afirmou.

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, defendeu que as mudanças tenham como princípios a simplificação do sistema tributário e a redução das brechas para as variadas formas de evasão fiscal que existem hoje. "O panorama atual afeta o erário, a concorrência e o consumidor", resumiu.

> "Precisamos compensar a desigualdade regional entre os Estados, reajustando os desequilíbrios do ICMS."
>
> Helcio Honda, diretor do Departamento Jurídico da FIESP

Apoio a projeto inovador que premia os bons pagadores de impostos

O ETCO foi uma das primeiras entidades a apoiar uma proposta inovadora da Secretaria da Fazenda de São Paulo (Sefaz-SP) que valoriza os bons pagadores de tributos. O fisco paulista apresentou um projeto de lei que segmenta os contribuintes de acordo com o nível de risco de sonegação fiscal. O modelo é semelhante ao que as agências de risco aplicam em relação aos países. O objetivo é simplificar a vida de quem age corretamente para liberar energia e recursos para combater os maus pagadores, principais responsáveis pelos cerca de R$ 30 bilhões cobrados por ano em autuações fiscais no Estado.

A classificação considera três critérios: o recolhimento do imposto com base no valor declarado, a emissão de notas fiscais compatíveis com os valores declarados ao fisco e o relacionamento com fornecedores que atendam aos mesmos critérios.

Empresas com melhor colocação no ranking terão tratamento diferenciado, incluindo o recebimento de créditos acumulados do ICMS sem a necessidade da garantia financeira e abertura de um canal de diálogo com o fisco antes das autuações.

O secretário adjunto da Sefaz-SP, Rogério Ceron, explicou que o projeto inovador foi inspirado em exemplos de outros países. "A lógica repressiva não é eficiente. As experiências internacionais das administrações tributárias mais modernas mostram que esse novo modelo impulsiona a regularidade fiscal", afirmou.

Bom para 94% das empresas

O sistema beneficiará a grande maioria das empresas. "Em São Paulo, 94% dos contribuintes pagam o imposto em dia", disse Ceron. Ele explicou que, após a aprovação da medida, será dado um prazo de 180 dias para regularização de dívidas tributárias e só após esse período é que haverá a classificação.

As notas serão divulgadas e atualizadas no site da Sefaz. A inadimplência pontual, de até três meses, não rebaixará a classificação. E, para subir no ranking, basta regularizar a pendência com o fisco.

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, elogiou o projeto. "É uma iniciativa inovadora que valoriza o contribuinte que cumpre com suas obrigações", ressaltou. "A fiscalização e as punições devem focar os maus contribuintes, os devedores contumazes de impostos que provocam prejuízos enormes ao erário e ao ambiente de negócios."

Nova rodada do Índice de Economia Subterrânea

Quem acompanha a evolução do mercado informal no Brasil costuma aguardar com grande expectativa a divulgação da pesquisa anual sobre o tema que o ETCO realiza em parceria com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV). Em 2017, os resultados do Índice de Economia Subterrânea (IES) foram divulgados em novembro e mostraram a estabilização da informalidade, após dois anos de aumento.

De acordo com o estudo, atividades desenvolvidas no País sem acompanhamento do Fisco e dos demais órgãos oficiais movimentaram R$ 1,077 trilhão no período de 12 meses encerrado em julho de 2017. A cifra equivale a 16,6% do PIB, índice igual ao do IES de 2016.

A pesquisa do ETCO foi tema de dezenas de matérias em jornais, revistas, sites, rádios e emissoras de ▸

TV, incluindo reportagem especial no Jornal Nacional, da Rede Globo.

Segundo o economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do IBRE/FGV responsável pela pesquisa, a informalidade havia crescido nos anos anteriores por causa principalmente da recessão, que pressiona pessoas e empresas a fugir dos controles formais para evitar os impostos e a burocracia. "O fim da recessão reduziu a pressão, por isso a informalidade parou de crescer", explicou Barbosa Filho.

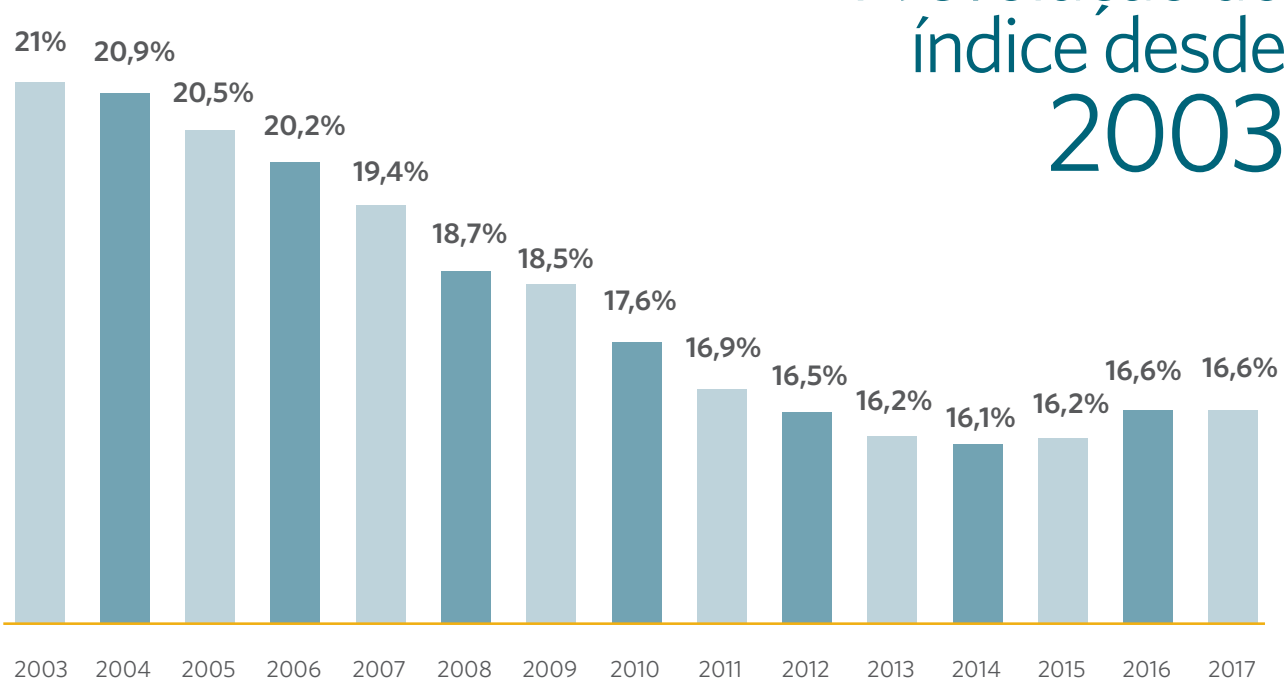
O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, disse acreditar que o crescimento econômico esperado para 2018 deve dar início a um ciclo de redução da informalidade. Mas teme que a melhora futura se limite apenas a recuperar o que foi perdido nos últimos dois anos, sem maiores avanços. "Um País que pretende e precisa atrair investimentos para se desenvolver não pode aceitar conviver com níveis tão altos de informalidade", ele afirma. "A economia subterrânea intoxica o ambiente de negócios."

Após crescer durante a recessão, informalidade estacionou. Expectativa é que volte a cair com a retomada da atividade econômica

Como o cálculo é feito

O IES é calculado a partir de dois indicadores. Um deles é a demanda da população por dinheiro em espécie. Negócios clandestinos costumam fugir de transações bancárias, controladas pelo governo, e, quando eles crescem, aumenta também a procura por papel-moeda, cujo volume em circulação é um dado público. O outro componente é o trabalho informal, medido pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do IBGE. Os dados mostram que a procura por papel-moeda teve um leve recuo no último ano. Em compensação, o trabalho sem carteira assinada apresentou crescimento. Na ponderação dos dois parâmetros, o IES ficou estável.

A evolução do índice desde 2003



Apoio a três edições do Encat

Os administradores tributários estaduais são profissionais especialmente importantes para a promoção da ética concorrencial. Eles atuam no combate à sonegação fiscal e participam também de esforços para simplificar o complexo emaranhado de normas e alíquotas do ICMS. Para ajudá-los em seu aperfeiçoamento profissional, o ETCO patrocina o Encontro Nacional dos Administradores Tributários Estaduais (Encat), que acontece regularmente.

Em 2017, foram três edições: 60º, 61º e 62º Encat, realizados, respectivamente, em Brasília (março), em Tocantins (junho) e em Maceió (outubro).

Os eventos trataram de temas como o aperfeiçoamento das normas e práticas fiscais e a harmonização tributária entre as unidades da federação, com palestras, apresentações de estudos e debates reunindo secretários da Fazenda e administradores tributários de vários Estados. O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, fez palestra sobre ética concorrencial no 62º Encat.

Patrocínio ao Anuário da Justiça de 2017

Mais de trezentos convidados, incluindo ministros do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores, representantes da advocacia, do Ministério Público e da Polícia Federal, prestigiaram a cerimônia de lançamento da edição 2017 do Anuário da Justiça Brasil. Uma das publicações mais importantes sobre o Poder Judiciário, o Anuário é produzido pela revista eletrônica Consultor Jurídico e contou com patrocínio do ETCO.

A edição analisou a atuação do Judiciário em um momento tão conturbado da história política e econômica do País. Apresentou a jurisprudência dos tribunais, com análises sobre as principiais decisões proferidas. Trouxe também pesquisas sobre o entendimento dos ministros dos tribunais superiores a respeito de temas polêmicos e de grande repercussão como a execução de penas de prisão antes do trânsito em julgado, a cobrança de direitos autorais de músicas tocadas na internet e a prevalência do negociado sobre o legislado em questões trabalhistas.

Outro conteúdo valioso é o chamado ranking de inconstitucionalidade, que trata das leis que foram retiradas do ordenamento jurídico no último ano por violar a Constituição Federal.

O Anuário publicou também perfis dos 93 ministros integrantes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral e do Superior Tribunal Militar.

Publicação faz um raio X das decisões mais importantes e das principais personalidades do Judiciário

Palestra sobre ética concorrencial para estudantes de Direito

A Universidade Nove de Julho (Uninove) realiza todos os anos, em agosto, uma semana de eventos voltados aos estudantes de direito. Nesses encontros, especialistas externos são convidados a falar sobre temas importantes que os futuros advogados e juízes encontrarão ao longo de sua vida profissional.

Em 2017, o presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, foi um dos palestrantes da Semana Jurídica Uninove. Ele falou sobre "Direito empresarial, terceiro setor e ética concorrencial" para um auditório com mais de quatrocentas pessoas, entre alunos e professores. Houve intensa participação do público na sessão de perguntas após a palestra, demonstrando grande interesse dos jovens pelo tema.

Vantagem em congresso de compliance

Os casos de corrupção revelados nos últimos anos e as leis que regulamentaram os acordos de leniência alavancaram o setor de compliance. Cada vez mais, as empresas estão despertando para a necessidade de desenvolver a área dedicada a elaborar, difundir e defender a aplicação de códigos de ética e conduta no relacionamento com órgãos públicos.

O ETCO, que apoia o fortalecimento dos programas de conformidade e já havia produzido uma cartilha sobre o tema, fez parceria com a Legal Ethics Compliance para estimular a participação de profissionais da área no 5º Congresso Internacional de Compliance, que foi realizado em maio de 2017, em São Paulo. O acordo incluiu a oferta de desconto especial aos associados e parceiros do ETCO.

Apoio à 4ª Conferência Lei Empresa Limpa e ao Pró-Ética 2017

Fortalecer os mecanismos de prevenção da corrupção na relação entre as empresas e o poder público. Esse é o foco de um trabalho capitaneado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) que envolve a realização de um evento para debater o assunto e a divulgação da lista anual do Pró-Ética, um comitê que avalia o programa de integridade e outras ações anticorrupção implementadas pelas empresas. O ETCO apoia a iniciativa e é membro do comitê gestor do Pró-Ética.

A 4ª Conferência Lei Empresa Limpa reuniu empresários, servidores públicos, acadêmicos e outros públicos em Brasília, no dia 6 de dezembro, para promover o diálogo e a troca de experiências entre os setores público e privado sobre temas relacionados à aplicação da Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção.

Os temas centrais desta edição foram suborno transnacional e ampliação da transparência na relação público-privada, debatidos em painéis que trataram de questões como implementação de programas de integridade que atendam à legislação nacional e à estrangeira; processos de responsabilização em múltiplas jurisdições; doação de brindes e presentes; e regulamentação para as atividades de defesa de interesses.

23 empresas aprovadas

Durante o evento, foi divulgada a lista das empresas aprovadas no Pró-Ética 2017, que teve uma participação acima do esperado. Ao todo, foram 375 organizações inscritas, um aumento de 92% em relação ao ano anterior. Desse total, 171 cumpriram os requisitos necessários para ter seus programas de compliance avaliados por auditores federais. No final, 23 empresas receberam o selo do Pró-Ética.

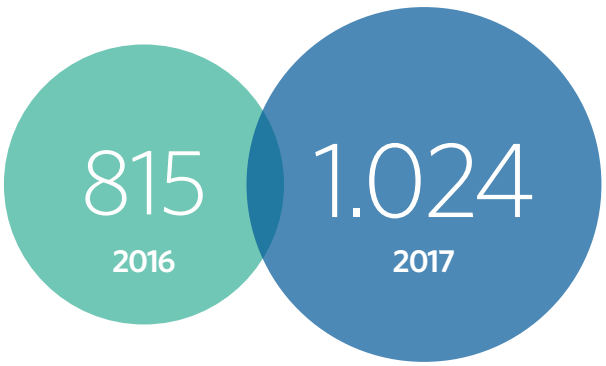
Os responsáveis pela iniciativa fazem questão de frisar que o Pró-Ética não é uma certificação nem gera qualquer privilégio para as empresas aprovadas, mas reconhece o compromisso de adotar medidas de integridade relacionadas a prevenção, detecção, interrupção e remediação de atos de fraude e corrupção.

Todas as organizações avaliadas recebem um relatório com análise detalhada de suas medidas de integridade e com sugestões de aprimoramento.

Maior presença na mídia

O ETCO busca o apoio da mídia para dar visibilidade às suas iniciativas de melhoria do ambiente de negócios no País. O trabalho é feito de maneira proativa, por meio de contatos frequentes com os principais veículos de comunicação e atendimento às demandas dos jornalistas.

Em 2017, esse trabalho proporcionou um aumento de 25% no total de reportagens publicadas em jornais, revistas, sites, emissoras de rádio e de televisão com citações ao instituto. O número passou de 815 um ano antes para 1.024, com destaque para matérias sobre o combate ao mercado ilegal.



MATÉRIAS CITANDO O ETCO NA IMPRENSA

Crescimento de 37,6% na audiência do site

O número de internautas que visitaram o site do ETCO em busca de informações sobre ética nos negócios teve um importante crescimento em 2017. A audiência alcançou um total de 855.416 páginas vistas, o que representa um aumento de 36,6% em relação ao ano anterior.

Foram 184.411 visitas ao longo do ano – ou 505 por dia –, sendo que, em cada uma, os internautas navegaram, em média, por 4,6 páginas, dedicando 3m31s ao conteúdo.

O canal ETCO Informa, que traz notícias sobre fatos ou ações relacionados com a ética concorrencial, foi o mais procurado do site, atraindo 20,8% dos visitantes. O conteúdo mais acessado foi o resultado da pesquisa que o ETCO encomendou ao Datafolha para avaliar como os jovens brasileiros enxergam a ética. Outras páginas campeãs em visitas foram as que tratam de contrabando, compliance e da atuação do Instituto.

O canal de vídeos do ETCO no YouTube teve 2.235 visitas, totalizando 5.729 minutos de conteúdo exibidos aos internautas.

Campanha na rádio CBN

Um projeto que teve grande impacto na promoção das causas do ETCO foi a campanha "Ético, é Assim que a Gente Tem que Ser", na rádio CBN. Ela levou mensagens sobre ética nos negócios e na sociedade de um modo geral para ouvintes de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. O trabalho teve início em julho e se estendeu até dezembro, com veiculação de boletins de 45 segundos duas vezes ao dia: nas edições da manhã e do fim da tarde do Jornal da CBN, líder de audiência da rádio. Ao todo, foram 360 inserções.

Os boletins apresentaram o trabalho do ETCO e destacaram razões de desequilíbrio concorrencial como o contrabando, a falsificação de produtos, a sonegação fiscal e a corrupção. Também convidaram os ouvintes a conhecer o Movimento Combustível Legal, que combate as fraudes no setor de abastecimento, e o projeto Ética para Jovens, criado pelo Instituto para estimular professores e alunos a tratar do tema em sala de aula.

ETCO

INFORME PUBLICITÁRIO

ETCO. EM REPÚDIO À CONCORRÊNCIA DESLEAL E A FAVOR DO BRASIL.

Há 14 anos, o ETCO combate a concorrência desleal e trabalha para a melhoria do ambiente de negócios no Brasil. Onde há sonegação, contrabando, informalidade, fraudes e corrupção, não há futuro. Só em 2016, o prejuízo causado pelo mercado legal foi de R$ 130 bilhões! Por isso, o ETCO identifica, discute, propõe e dá suporte a projetos e iniciativas que promovam a ética empresarial.

O ETCO apoia o Movimento Combustível Legal, uma iniciativa que busca mobilizar a sociedade contra as crescentes fraudes no setor de combustíveis e que tem propostas concretas no combate à sonegação de impostos.

Saiba mais sobre o Movimento Combustível Legal e apoie esta causa.

www.combustivellegal.com.br

ETCO.
É assim que a gente tem que ser.
www.etco.org.br

Defesa da ética concorrencial para 6,6 milhões de leitores

Manifesto na revista *Veja*

O ETCO produziu e publicou na revista Veja um manifesto em defesa da ética concorrencial e para expressar seu apoio ao Movimento Combustível Legal. O documento lembrou a história de lutas do Instituto em favor da melhoria do ambiente de negócios no País e contra práticas como sonegação de impostos, contrabando, informalidade, fraudes e corrupção, que provocaram prejuízos superiores a R$ 130 bilhões à economia nacional em 2016.

O manifesto destacou também o aumento das fraudes no setor de combustíveis, convidando os leitores da publicação a conhecer e se engajar no Movimento Combustível Legal, que propõe ações concretas para combater as práticas ilícitas.

A maior revista do país em circulação e em importância junto aos formadores de opinião, Veja tem circulação de 1,2 milhão de exemplares e 6,6 milhões de leitores.

Duas edições da *Revista do ETCO*

O projeto Ética para Jovens foi tema de capa da edição de setembro

Na capa da edição de dezembro, entrevista com a senadora Ana Amélia sobre seu projeto contra o devedor contumaz

A *Revista do ETCO* foi retomada em 2017, depois de quatro anos. Lançada em 2004, um ano após a criação do Instituto, a publicação é voltada a autoridades, jornalistas, pessoas influentes dos três poderes e formadores de opinião de um modo geral. Trata de temas relacionados com a ética concorrencial e os projetos desenvolvidos pelo ETCO.

Foram duas edições em 2017. A primeira foi lançada em setembro e trouxe como matéria de capa o projeto Ética para Jovens, desenvolvido pelo Instituto. Tratou também do risco de aumento da sonegação tributária no setor de bebidas com o abandono do antigo sistema de controle de produção; da campanha "O Brasil que Nós Queremos", de conscientização da sociedade sobre os prejuízos do contrabando; e do lançamento do Movimento Combustível Legal, entre outros temas.

A segunda edição saiu em dezembro, com uma entrevista exclusiva da senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) sobre o projeto de lei que ela apresentou ao Senado propondo a regulamentação do artigo 146-A da Constituição. A proposta endurece o combate aos devedores contumazes de impostos e a outras formas de evasão fiscal que provocam desequilíbrio concorrencial.

Mercado Ilegal

A revista apresentou também o Movimento Legalidade, que busca aproximar as administrações municipais dos órgãos estaduais e federais dedicados ao combate ao contrabando, à pirataria e a outras formas de comércio ilegal. A reportagem mostrou a adesão da Prefeitura de São Paulo e a disposição do prefeito João Doria de combater o mercado ilegal no município.

Outra reportagem trouxe o resultado de uma pesquisa sobre a relação entre a diferença da carga tributária dos produtos no Brasil e no Paraguai e o nível de contrabando. A edição revelou ainda o resultado do Índice de Economia Subterrânea de 2017, que apresentou estabilidade em relação ao ano anterior; discutiu a falta de embasamento de proposta para aumentar o imposto para bebidas açucaradas e trouxe artigos do presidente do Conselho Consultivo do ETCO, Everardo Maciel, sobre reforma tributária, e do conselheiro João Grandino Rodas, sobre a batalha jurídica em torno do devedor contumaz.

Conselhos orientam e supervisionam atuação do Instituto

A atuação do ETCO é orientada e supervisionada por conselhos que reúnem grandes nomes do setor empresarial, juristas, intelectuais e lideranças de diversos setores.

O Conselho Consultivo, presidido pelo tributarista Everardo Maciel, inspira o Instituto por meio de encontros que tratam de grandes questões relacionadas com o ambiente de negócios e a ética concorrencial – geralmente, também com contribuições de convidados especiais.

Em 2017, foram realizadas três reuniões do Conselho Consultivo: uma em março, que contou com a presença do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), debatendo questões sobre a carga tributária no Brasil, como a relação entre aumento de impostos, sonegação e contrabando no setor de tabaco; uma em agosto, com participação especial do jornalista Rui Nogueira, fazendo uma análise do cenário político e econômico do País; e o terceiro em novembro, com o secretário da Justiça de São Paulo, Márcio Elias Rosa, abordando as ações do Estado em defesa do mercado legal.

O Conselho de Administração, presidido por Victório De Marchi, atua junto à diretoria executiva na definição e supervisão dos objetivos estratégicos e dos projetos desenvolvidos pelo ETCO, incluindo a alocação de recursos. Em 2017, foram dez reuniões do Conselho de Administração. As demonstrações financeiras do Instituto são auditadas ainda por uma auditoria independente e pelo Conselho Fiscal, que fez duas avaliações dos números no ano, aprovando as contas.

ETCO-Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial

CORPO DIRETIVO

Presidente Executivo:
Edson Luiz Vismona

Gerente Executiva:
Andrea Lopes

Conselho de Administração
Presidente:
Victório Carlos De Marchi

Conselheiros Titulares: Alexandre Kruel Jobim, Jorge Luiz Oliveira, Renato Casarotti

Conselheiros Suplentes: João Roberto Massoco Junior, Lilian Egoshi, Fernando Bomfiglio, Leandro de Barros Silva

Conselho Fiscal
Presidente:
Marcus Emanuel Galeb

Conselheiros Titulares: Dilmar Madureira, Mônica Saraiva, Luciano França Souza
Conselheiros Suplentes: Eduardo Paoli, Mozart Santos Rodrigues Filho, Jesus Meijomil, Luiza Weguelin de Melo

Conselho Consultivo
Presidente:
Everardo de Almeida Maciel

Conselheiros: André Franco Montoro Filho, Aristides Junqueira, Carlos Ivan Simonsen Leal, Celso Lafer, Ellen Gracie Northfleet, Evandro Guimarães, Hamilton Dias de Souza, Hoche Pulchério, João Grandino Rodas, João Roberto Marinho, Jorge Raimundo Filho, Leonardo Gadotti Filho, Luiz Fernando Furlan, Maria Tereza Sadek, Nelson Jobim, Roberto Abdenur, Roberto Faldini, Tércio Sampaio, Theo van der Loo

Associados ETCO
Ambev, Coca-Cola, Pepsi, Sindicom e Souza Cruz
Colaborador Voluntário: Pernod Ricard.

Endereço
Rua Viradouro, nº 63, conj. 61, Itaim Bibi, São Paulo (SP), tel.: (11) 3078-1716.
E-mail: etco@etco.org.br. Site: www.etco.org.br

Fotos: pg.7 Flávio Santana, pg.9 Kardel, pg. 14 Renato Araújo - Agência Brasil, pg.16 Luiz Guadagnoli - SECOM, pg. 20 Marco A. Cardelino, pg. 27 divulgação ADPF, pg. 33 Geraldo Magela - divulgação, pg 42 Orlando kissner - ANPr, pg. 11, 18, 21, 23, 25, 26, 28, 32, 34, 39, 43, 44, 50, 51, 56 e 57 divulgação, as demais Shutterstock.

AGENDA 2017 PRINCIPAIS EVENTOS

JAN

- Posse como membro do Comitê Gestor da Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas, liderado pelo Ministério da Justiça.
- Assembleia Geral Extraordinária do ETCO.
- Reunião com Consulado Americano.

FEV

- Audiência com o almirante Ademir Sobrinho, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
- Assembleia Geral Extraordinária do ETCO.
- Audiência com o secretário do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, André Guimarães.
- Reunião com o secretário de Educação de São Paulo, Renato Nalini, para difusão do projeto Ética para Jovens (ver pág. 35).
- Reunião com o secretário de Tecnologia e Serviço do Cidadão da Prefeitura de São Paulo, Julio Semeghini.

MAR

- II Reunião da ALAC – Aliança Latino-Americana Anti Contrabando, em Santiago do Chile (ver pág. 29).
- Lançamento da campanha "O Brasil que Nós Queremos" (ver pág. 8).
- Palestra sobre Propriedade Intelectual em Seminário promovido pelo Ministério Público de Minas Gerais.
- Lançamento da Frente Parlamentar de Defesa da Propriedade Intelectual, em Brasília (ver pág. 14).
- Patrocínio ao 60º Encat, em Brasília (ver pág. 50).
- Reunião do Conselho Consultivo do ETCO.

ABR

- Audiência com o ministro da Justiça, Osmar Serraglio.
- Assinatura do Termo de Cooperação entre o Movimento Brasil Legal (coordenado pelo ETCO e FNCP) e a Frente Nacional de Prefeitos (ver pág. 15).
- Audiência com secretário da Justiça de São Paulo, Márcio Elias Rosa.
- Palestra durante evento da Frente Nacional de Prefeitos sobre Mercado Ilícito e Tributação.

MAI

- Audiência com o general Sérgio Etchegoyen, do Gabinete de Segurança Institucional, e com o general Carlos Alberto Santos Cruz, secretário Nacional de Segurança Pública.
- Palestra para a Polícia Rodoviária Federal (OTEFIS), em Vitória (ES).
- Audiência com o ministro Torquato Jardim, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.
- Audiência com o ministro da Justiça, Osmar Serraglio.
- Reunião com o ministro Augusto Nardes (TCU) e dirigentes da Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e Exército, em Foz do Iguaçu, sobre Segurança Integrada da Fronteira.
- Audiência com o prefeito de São Paulo, João Doria.
- Patrocínio e participação em debate do Seminário Tributo ao Brasil (ver pág. 44).

JUN

- Reunião com secretário de Segurança Urbana da Cidade de São Paulo, José Roberto Rodrigues de Oliveira.
- Divulgação dos resultados da pesquisa ETCO/Datafolha "O Jovem e a Ética" (ver pág. 35).
- Lançamento do projeto Ética para Jovens em evento na Secretaria Estadual da Educação de São Paulo (ver pág. 33).
- Palestra no Fonacre (Fórum Nacional da Concorrência e da Regulação). (Ver pág. 34).
- Aula no Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (CEDES) sobre Carga Tributária x Mercado Ilegal.
- Patrocínio ao 61º Encat, em Tocantins (ver pág. 50).
- Audiência com o secretário da Fazenda de Goiás, José Fernando Navarrete Pena.
- Assembleia Geral Extraordinária do ETCO.

JUL

- Evento de lançamento do Movimento Combustível Legal (ver pág. 30).
- Audiência com o prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan.
- Audiência com o governador do Rio Grande do Sul, Ivo Sartori.
- Reunião com secretário-adjunto da Fazenda de São Paulo, Rogério Ceron.

AGO

- 1º Dia Estadual de Combate ao Contrabando em São Paulo (ver pág. 20).
- Evento "O Brasil que nós queremos", em parceria com o *Correio Braziliense* (ver pág. 26).
- Lançamento do Movimento Legalidade em São Paulo (ver pág. 16).
- Reunião do Conselho do FNCP.
- Audiência com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.
- Reunião do Conselho Consultivo do ETCO.

SET

- Patrocínio ao Congresso dos Procuradores de Estado.
- Lançamento da edição 20 da *Revista do ETCO*.
- Audiência pública do Senado Federal sobre reforma da previdência.
- Audiência com Ministro Augusto Nardes, do TCU.
- Seminário no TCU sobre controle de fronteiras.
- Reunião no Itamaraty sobre OCDE.

OUT

- Patrocínio ao 62º ENCAT, em Maceió (ver pág. 50).
- Palestra em congresso da Ligue Internationale du Droit de la Concurrence (LIDC).
- Participação no VI Fórum Nacional dos Juízes Federais Criminais (Fonacrim) (Ver pág. 28).
- Lançamento do Índice de Economia Subterrânea (ver pág. 46).
- Palestra para a Polícia Rodoviária Federal na realização de Operação de Enfrentamento aos Crimes contra o Fisco e a Saúde Pública (Otefis).
- Reunião sobre mercados ilícitos na Fiesp.
- III Reunião da ALAC, na Guatemala (ver pág. 29).

NOV

- Lançamento do Movimento Legalidade em Recife, Campinas e Porto Alegre (ver pág. 16).
- Evento especial na XXIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (Ver pág. 43).
- Lançamento do Movimento Combustível Legal em Campinas, em parceria com o Sindicom.
- Reunião do Conselho Consultivo do ETCO.
- Lançamento da edição 21 da *Revista do ETCO*.
- Reunião com o prefeito João Doria.
- X Seminário Tríplice Fronteira.

DEZ

- Palestra na OAB/RJ sobre propriedade intelectual.
- Reunião com o Procurador Geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Smanio.
- Participação em ato do Dia de Combate à Corrupção.
- Participação em painel da Organização Mundial do Comércio.
- Adesão de Porto Alegre ao Movimento Legalidade.
- Reunião no Instituto Fernando Henrique Cardoso.
- Palestra no Seminário de Mercados Ilícitos, na Fiesp.
- Participação em seminário da Columbia University sobre Desafios do Brasil.
- Participação na Conferência da Organização Internacional do Comércio, na Argentina.
- Entrega do Prêmio Pró-Ética 2017 (ver pág. 53).

Avanços na ética concorrencial que ajudamos a construir

Desde 2003, quando foi fundado, o ETCO participou de diversos projetos que contribuíram para melhorar o ambiente de negócios no País. Veja alguns dos principais.

NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Contribuímos na concepção, na implantação e no aperfeiçoamento do projeto da Nota Fiscal Eletrônica, que começou a vigorar em 2006. O sistema melhorou a fiscalização, diminuiu a sonegação e reduziu custos para o fisco e para as empresas.

SISTEMAS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO

Ajudamos a desenvolver mecanismos para controlar a fabricação de produtos de alto potencial de sonegação fiscal, como o Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios) e o Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe).

ÍNDICE DE ECONOMIA SUBTERRÂNEA

Criamos, em parceria com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV), o Índice de Economia Subterrânea, que mede o tamanho da economia informal brasileira desde 2003.

REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO

Apoiamos a apresentação e aprovação da Emenda Constitucional que criou o Artigo 146-A da Constituição Federal, autorizando a criação de sistemas diferenciados de cobrança de impostos de contribuintes que adotam práticas tributárias desleais à concorrência.

UNIÃO DE FORÇAS PELO MERCADO LEGAL

Criamos, em parceria com o FNCP, o Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, que une forças para atuar de maneira coordenada no combate ao contrabando, à pirataria, a fraudes e à falsificação de produtos e defende ações de controle de fronteiras. O Movimento conta com o apoio de setenta entidades. No âmbito das cidades, também em parceria com o FNCP, criamos o Movimento Legalidade, que une forças entre sociedade civil, prefeituras, Receita Federal, Polícia Federal, Parlamento, órgãos estaduais e a Frente Nacional de Prefeitos para combater, de forma efetiva e contundente, o mercado ilegal nas cidades brasileiras.

ESTUDOS, SEMINÁRIOS E PUBLICAÇÕES

Patrocinamos dezenas de pesquisas, eventos e livros sobre temas relacionados com a ética, incluindo a série Cultura das Transgressões no Brasil, que reúne contribuições de grandes pensadores brasileiros, incluindo o sociólogo e ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Integramos comitês que combatem práticas ilícitas transnacionais que provocam concorrência desleal. Em 2016, aderimos à Aliança Latino-Americana Anti Contrabando (ALAC), que congrega entidades da sociedade civil e órgãos governamentais de quinze nações da América Latina na busca de ações conjuntas para deter o contrabando na região; em 2017, passamos a atuar nesse sentido também junto à World Trade Organization (WTO).

COMBATE À PIRATARIA E AO CRIME CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Participamos do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), um órgão de inteligência do Ministério da Justiça do Governo Federal, composto por representantes do poder público e da sociedade civil e dedicado ao combate a esses crimes.

RECONHECIMENTO DE EMPRESAS ÉTICAS

Fazemos parte do comitê gestor do Pró-Ética, um programa de reconhecimento de empresas comprometidas com a ética nas suas relações com o setor público. O Pró-Ética foi criado em 2010 pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) em parceria com o Instituto Ethos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL

ETCO

www.etco.org.br
RUA VIRADOURO, 63, CONJ. 61,
ITAIM BIBI, SÃO PAULO (SP)
tel.: (11) 3078-1716
CEP: 04538-110